



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 422 - DE 30 DE OUTUBRO A 13 DE NOVEMBRO DE 2011 - R\$ 3,00

Crise no governo Dilma: A hora e a vez do PCdoB



Por uma frente única sindical e partidária para derrubar a lei anti-greve



Sob o domínio imperialista, não haverá nenhuma transformação progressiva.
O programa que impulsionará as forças progressivas da humanidade é o da revolução proletária.
Pela construção do partido mundial da revolução socialista: a IV Internacional!

POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO
WWW.PORMASSAS.ORG

A hora e a vez do PCdoB

As denúncias do policial militar e ex-membro do PCdoB, João Dias, de que o Ministério do Esporte, dirigido pelo ministro Orlando Dias, abriga um bando de larápios e ladrões abriram mais uma fenda no governo petista de Dilma Rousseff. A quantidade de escândalos em tão pouco tempo e a consequente queda de ministros parece não ter paralelo na história política do Brasil.

Orlando Dias, recordemos, esteve envolvido no caso do uso fraudulento do cartão institucional, gastando o que e com o que não devia. Naquele episódio, a proeminente figura do PCdoB devolveu a quantia surrupiada do cofre público para se safar da acusação de malversação. Pela mesma razão, caiu a ministra petista Benedita da Silva. Tudo indica que agora o ministro dos Esportes foi encurralado.

João Dias fazia parte do PCdoB e tinha intimidade com os negócios ministeriais. Não sabemos ainda o que precisamente o levou a trair a confiança de Orlando Silva. Sempre há interesses pessoais ou de grupo nesse tipo de denúncias, mas no fundo está a política burguesa. O ministro e seu partido acusam interesses econômicos que envolvem a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. É bem provável que sim. Os parasitas estão amplamente imiscuidos nos projetos bilionários dessa atividade, que deveria horrorizar a consciência social do País, ao invés de saudar como um grande feito. No entanto, as provas que foram apresentadas contra o chefe de gabinete, secretário executivo e chefes da área técnica não foram refutadas.

Dilma pensou em demitir Orlando Silva, mas foi convencida de que era preciso ir devagar com o andor, já que havia interesse da oposição em desqualificar o Ministério. Lula deu a palavra final. Orlando e o PCdoB deveriam se entrincheirar e resistir. O ministro foi mantido. Porém, o Supremo Tribunal Federal, surpreendentemente rápido, abriu um inquérito. Esse passo na luta política fez a presidenta tremer. Evidenciou que não há escapatória para o ministro.

Dilma convocou o presidente do PCdoB, Renato Rabelo, para conversar com Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência. O fato indicou que Orlando Silva está frito. Há quem diga que a oposição preparou o fogo e o PT a frigideira. Pode ser verdade. Assim funciona a política burguesa: PT e PCdoB então mergulhados, banhados e batizados nessas águas.

A denúncia de João Dias não se limita ao uso pessoal da máquina do Estado, envolve desvio de dinheiro para o PCdoB. O esquema de drenagem foi montado por meio de ONGs. Segundo informações, as ONGs que recebiam recursos repassavam até 20% a escritórios de consultorias manejados pelo PCdoB. Antes referimos ao não esclarecimento dos interesses que levaram à denúncia. João Dias explicou que pode comprovar a acusação com o testemunho de ONGs. Aquelas que se viram prejudicadas nas negociatas do programa Segundo Tempo devem agora dar o troco ao PCdoB. Ninguém desconhece que onde há ONG há jogatina.

Os reformistas usam e abusam dessas organizações concebidas por instituições de países imperialistas. Os estalinistas do PCdoB viram a chance de entrar nesse reino e também tirar o

seu quinhão. O “Segundo Tempo” não passa de esquema de desperdício de fundos públicos. Com ele, procura-se desviar a atenção das reais causas da pobreza das favelas e bairros operários dos centros urbanos. As ONGs armam a vitrine da humanização dos miseráveis. Os esportes são uma das portas para as crianças e jovens ascenderem à humanidade do capitalismo. Mesmo que o PCdoB não desviasse um só centavo, não se livraria da brutal miséria política.

Quem vê com um pouquinho de critério Orlando Silva entabulando conversações com dos chefes da FiFa, da Federação de Futebol e presidente de clubes sente asco. Essas cúpulas reúnem uma das facções da máfia burguesa. O PCdoB não iria prestar esse serviço de graça. A aliança com o PT e a bênção de Lula foi providencial para ascender a postos no Estado e ter acesso ao dinheiro público. As campanhas eleitorais, disputas pelo aparelho sindical e profissionalização paga de militantes valem muito. O prédio de vários andares comprado pelo PCdoB para servir de sede custou uma fortuna. De onde vem tanto recurso? De campanhas na classe operária? Não são feitas. Das cotizações? Certamente, não alcançam. Vem da politicagem. Não se pode potenciar eleitoralmente um partido sem que se conte com recursos da burguesia.

O PCdoB cresceu muito apoiando Lula e se unindo ao PT, PSB, PDT e PMDB. Formou uma base parlamentar nas três esferas do Estado. Antes, infiltrou-se na CUT, reuniu uma porção de sindicatos sob essa política, rompeu e formou a CTB. Mostrou voracidade em montar um aparato próprio. Essa ofensiva aparatista teve um preço – o de se ligar a setores da classe capitalista. Essa via foi e tem sido ampla. Os estalinistas não pestanejaram em se aliar à direita. Acima de tudo está o burdo pragmatismo que permite a ascensão eleitoral e sindical.

É preciso considerar que o PCdoB nasceu de uma cisão do velho PCB (originariamente se denominava PCdoB, em referência à III Internacional). Uma das críticas era de ter abandonado o estalinismo, assumido o legalismo e renunciado à luta armada. Na verdade, a trajetória desse partido é peregrina. Do estalinismo, bandeou para o maoísmo e deste para o inexpressivo nacioanalismo albanês. Assimilou a tese pequeno-burguesa de que a revolução nos países semicoloniais, caracterizado pela forte presença do campesinato, viria do campo para a cidade. Recorreu, assim, à tática da guerra popular prolongada, cujo aplicação resultou em uma variante do foquismo guevarista, embora o condenasse. Organizou a Guerrilha do Araguaia, sem nenhuma possibilidade social, política e material de sobreviver. A ditadura cercou, isolou e a liquidou em pouco tempo. Em uma operação urbana repressiva, os órgãos de segurança executaram importantes dirigentes, o que ficou conhecido como Massacre da Lapa.

Mas a derrota do PCdoB não se limitou à eliminação física de quadros fundamentais. Fracassou em sua política estalinista e maoísta. Reergueu-se adaptando ao legalismo, eleitoralismo e colaboracionismo. Do nacionalismo maoísta e da guerra popular prolongada, passou para o terreno do reformismo social-democrata, aberto pelo PT, e do arrivismo eleitoral.

A corrupção no ministérios dos Esportes é fruto da de-

composição do estalinismo. Tomemos dois fatos. O líder da bancada pcdobista, Aldo Rebelo, colaborou com a burguesia latifundiária e com a fração agroindustrial na aprovação do novo Código Florestal que protege os interesses dos grandes proprietários. Esse mesmo morfético votou com a direita contra o substitutivo da deputada Luiza Erundina, do PSB, sobre o trabalho da Comissão da Verdade, que não ia ao fundo dos

crimes da ditadura, mas que pretendia alguma punição aos torturadores. Quanto mais distante ficar os acontecimentos do Araguaia e quanto menos se mexer com os responsáveis pelas mortes e desaparecimento de militantes e ativistas, melhor para a política do PCdoB de galgar postos no Estado.

Esse tem sido o fim dos estalinistas, que tanto atacaram, falsificaram e difamaram o trotskismo.

Por uma frente única sindical e partidária para derrubar a lei anti-greve

A lei anti-greve criou a indústria das multas contra os sindicatos. Qualquer greve é considerada abusiva a partir do momento que um juiz decidir o seu fim. As multas diárias quebram financeiramente os sindicatos. Governo, patrão e Justiça descobriram um meio de atacar as greves ameaçando a burocracia sindical acomodada no aparato.

As greves enquadradas no critério de atividades essenciais, imediatamente sofrem penalidades, caso não mantenham a maior parte dos serviços em funcionamento. Àquelas não consideradas essenciais, basta que ocorra o dissídio, e o juiz impõe a sua suspensão. Com o julgamento do fim da greve, o juiz estipula o valor da multa que considera suficientemente oneroso para atemorizar a burocracia dirigente. Se a multa, por exemplo, de R\$50 mil diários, que tem sido a mais comum, não surtir efeito, apesar dos bens dos sindicatos ficarem penhorados, o juiz pode indiciar os seus dirigentes. Há o caso em que a Justiça decide onde pode realizar manifestações. Além de enviar a tropa de choque para cumprir a decisão judicial, o juiz lança mão da indústria das multas.

A burocracia, via de regra, se socorre da punição convencendo os grevistas de que o sindicato não pode arcar com as multas e que, para preservá-lo, é preciso suspender o movimento. A experiência demonstra que as multas milionárias servem de motivo para os dirigentes que claudicam diante do patronato e do Estado burguês arrefecerem as greves. É o que acaba de ocorrer com a portentosa greve nacional dos trabalhadores dos correios. Depois de 28 dias de resistência às pressões pela volta ao trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) decretou o seu fim. Os burocratas acataram a ordem judicial. A indústria das multas é apenas um dos pontos de estrangulamento das greves. Assim, as greves quando muito devem ser limitadas e passivas. Os piquetes são proibidos. Os patrões recorrem imediatamente à Justiça comum para que esta acione o interdito proibitório, que coloca a polícia contra os grevistas e a favor dos fura-greves. Para uma assembleia decidir sobre o início da greve, deve avisar com antecedência aos patrões ou ao governo. Uma vez alertados, recorrem aos meios punitivos e administrativos para combatê-la. A assembleia que decidirá pela greve tem de ser realizada em local fechado.

Essa parafernália substituiu a lei anti-greve da ditadura militar. É fruto da chamada abertura democrática. A Constituição de 1988, que estabeleceu os fundamentos jurídicos do denominado “Estado de direito”, previu o direito de greve, mas que deveria ser regulamentado por lei. Os tribunais vêm legislando de acordo com as circunstâncias. Os servidores públicos, mesmo não sendo regidos pela lei anti-greve da iniciativa privada, sofrem também limitações. A imprensa e setores da burguesia

exigem que as greves sejam tratadas com o mesmo rigor. Assim, são julgadas e condenadas e se estende a elas a indústria das multas.

O fato é que o direito de greve enunciado na Constituição não existe na vida real. Evidentemente, os partidos da burguesia que realizaram a transição da ditadura militar para a democracia parlamentar não iriam admitir o método da ação direta do proletariado como um direito a ser exercido plenamente. A razão está em que a relação entre a burguesia e o proletariado no processo de produção se dá por meio da luta de classes. E, por extensão, na sua relação com os demais explorados. O proletariado se manifesta como força social perante os exploradores no momento em que paralisa a produção e se mostra senhor da situação.

A greve viola o direito de propriedade da classe capitalista. Essa contradição não permite a nenhuma democracia burguesa incluir em seu ordenamento jurídico o direito de greve. Ao mesmo tempo, não é possível negá-lo integralmente, uma vez que estaria frontalmente em choque com a inevitável luta de classes. Resta à classe capitalista mutilá-lo. Estabelece-se uma série de condições para sua realização que garante a sua derrota inexoravelmente.

O movimento grevista que seguir o direito burguês está antecipadamente derrotado. Ao contrário, a greve expressa o instinto de revolta coletivo do proletariado contra a escravidão moderna capitalista. Quanto mais legalmente for canalizada, mais se reprime esse instinto que tem por base material a exploração, os baixos salários, o desemprego, a pobreza e a miséria.

A burguesia em sua longa experiência histórica de dominação aprendeu que as greves podem ser derrotadas não só pelo método violento da repressão policial como também pelo método legal. Combina perfeitamente as duas formas. A repressão legal é mais conveniente porque permite quebrar o movimento sem expor a radicalidade da luta de classes e o fundamento da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada. A sobreposição da repressão legal em relação à violência policial depende justamente da profundidade do antagonismo. As greves passivas são mais facilmente derrotadas pela ação judicial. O custo político ao governo, às instituições da democracia e à burguesia é mais baixo.

A burocracia sindical procura restringir logo de início o antagonismo de classe segundo o preceito burguês do que é compatível com a institucionalidade, ou seja, com o direito burguês da propriedade privada dos meios de produção. Os explorados somente vão à greve por necessidade, empunhando as suas reivindicações. Desenvolvem a luta de acordo com

as respostas dos exploradores e avançam a sua organização por meio da experiência. Os adversários procuram bloquear o curso da luta de classes que projeta o proletariado com uma política independente.

A primeira condição de vitória do movimento grevista está em não se submeter à legalidade, que limita a sua potencialidade. A defesa do direito irrestrito de organização, manifestação e greve é inerente a qualquer movimento. Os ataques da burguesia e seu governo devem ser prontamente respondidos com a ação política das massas. Está aí por que as greves dirigidas pela burocracia sindical, via-de-regra, caminham para o fracasso. Observa-se que a direção burocrática passa a preparar a traição assim que o movimento tende a modificar suas formas de ação e a desrespeitar a ordem jurídica. Não pode assumir a greve como expressão da luta de classes e não admite que a greve ultrapasse a simples pressão democrática.

Sem dúvida, a burocracia se sente atingida quando se vê obrigada a impor ao movimento o retorno ao trabalho sem obter as migalhas pretendidas. Nesse caso, reclama que o governo e os capitalistas não “respeitam o direito constitucional de greve”. O que quer dizer que a direção estava pronta para uma solução negociada e que bastava um pouco de flexibilidade na mesa do “diálogo”. Essa ala reformista e democratizante da burocracia procura convencer os trabalhadores de que a greve é o “último recurso” usado depois das conversações interrompidas e que sua função é justamente a de restabelecer o “diálogo” com a patronal e o governo. No momento em que o poder burguês mostra os seus dentes e sentencia o fim da greve, esses dirigentes tão somente lamentam que houve intransigência e “desrespeito constitucional à greve”. Não se dispõem a combater a intervenção do Ministério do Trabalho e da Justiça. Acatam prontamente a lei anti-greve. Não fazem senão respeitar o direito de propriedade burguês e pisotear a necessidade dos trabalhadores de se defenderem contra a exploração.

A greve, como se vê, não é “um direito constitucional”, mas um método de ação do proletariado na sua luta contra a burguesia. A conquista do direito de greve é o resultado do desenvolvimento político da classe operária em contraposição ao domínio da classe capitalista. Os exploradores constantemente suprimem na vida real o direito de greve. As ilusões constitucionais obscurecem a consciência de classe do proletariado e auxiliam a burguesia a mutilar a sua capacidade de luta.

A CUT reclamou do fato de membros do governo e de dirigentes de estatais que no passado foram sindicalistas de terem desconhecido o “direito constitucional de greve”, passando a “desqualificar a greve” ou se colocando “contra o movimento como se defendessem um princípio”, a exemplo do que ocorreu com o movimento dos correios. Está aí bem impressa a ilusão pequeno-burguesa do presidente da CUT, Artur Henri-que, de que o governo do qual faz parte teria de ser mais complacente com as greves do magistério, bancários e correios.

Os sindicalistas que ascendem aos postos no poder do Estado assumem obrigatoriamente a ditadura de classe da burguesia, em cuja base, repetimos, está a propriedade privada dos

meios de produção. Não por acaso, Lula se tornou um adversário das greves. A direita volta e meia recorre à sua frase de que “greve não é férias”. Com isso, os ex-líder metalúrgico está dizendo que os grevistas devem arcar com as punições. Quando liderava as greves no ABC, recomendava aos operários a irem pescar na represa Billings.

A crise econômica já não tem como ser minimizada pelo governo Dilma, como o fez Lula. As greves, que começaram a pipocar desde o início do ano, ocorrem num quadro de mudança na economia. A inflação e o aumento do custo de vida começaram a pesar nas condições de existência dos assalariados. E a perspectiva de se manter o ciclo de abertura de postos de trabalho não se vislumbra. Nota-se que aumentam as pressões de setores da burguesia para que o governo antecipe medidas de proteção do capital.

A greve nacional dos correios e a dos bancários vão em sentido contrário ao da necessidade de se impor o arrocho salarial. O governo e os banqueiros foram duros com os movimentos. Pouco antes, as greves dos professores da rede pública em 17 estados foram uma a uma combatidas a ferro e a fogo. Em alguns casos, com violência, a exemplo do Ceará. Várias delas foram julgadas abusivas por se alongarem e por ameaçarem o ano letivo. A campanha salarial dos metalúrgicos do estado de São Paulo concluiu em acordos sem luta. Mesmo assim, houve greves e manifestações isoladas em algumas fábricas. A burocracia sindical pôde manobrar porque o governo tem subsidiado a indústria automobilística. Mas tudo indica que a margem de negociação com as multinacionais se estreita com a crise.

É necessário encarar a lei anti-greve nas novas condições da economia capitalista, em processo de decomposição. Esse instrumento tem sido aplicado a cada manifestação de descontentamento dos trabalhadores e servido para disciplinar os setores considerados estratégicos pela burguesia. O seu fundamento ditatorial, no entanto, vem sendo ocultado pela ideologia do “Estado de direito”. Colabora para isso a ausência de um trabalho sistemático no seio da classe operária e nos demais explorados de defesa do fim da lei anti-greve e do direito irrestrito de manifestação coletiva.

A tendência é dos governos atacarem mais fundo a vida dos explorados e resistirem com veemência às reivindicações mais elementares. As supostas transformações democráticas anunciadas pelos reformistas do PT mostraram-se como fraude política. Serviram para estabelecer um período de conciliação de classes, no qual os sindicatos foram amplamente estatizados. Tudo indica que o mais provável é que se aprofundem os antagonismos de classe. E para isso a classe operária tem de ser preparada para se confrontar com o Estado burguês.

As experiências em que a lei anti-greve foi usada para derrotar os movimentos nos mostram a necessidade de se trabalhar a bandeira de fim da parafernália jurídica antioperária e pelo irrestrito direito de manifestação coletiva.

Está colocada para militância e a vanguarda revolucionária organizar-se em uma frente sindical e partidária sob a bandeira de abaixo a lei anti-greve.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Aeroportuários, contra a privatização

Como responder ao governo privatista de Dilma

A greve dos aeroportuários de Guarulhos, Campinas e Brasília, iniciada no dia 20, teve por motivo a privatização. No dia 22, Guarulhos e Brasília aceitaram suspender o movimento e conversar com o governo. Os trabalhadores de Campinas mantiveram a paralisação, considerando que não havia nenhuma proposta concreta.

O sindicato questiona o “modelo” de privatização. Quer que o setor de infraestrutura – transporte de cargas – permaneça sob o controle do Estado, admitindo assim a privatização parcial. Ocorre que a presidente Dilma Rousseff tomou a decisão de entregar os principais aeroportos para a iniciativa privada, acatando uma antiga aspiração dos capitalistas. Os aeroportos que oferecerem condições de alta lucratividade devem ir a leilão. Uma vez sob o comando de empresários, haverá certamente uma reforma administrativa e trabalhista. E, com elas, virão as demissões e reordenamento das faixas salariais.

Constam da pauta de reivindicação dos grevistas a estabilidade dos trabalhadores da Infraero, a equivalência salarial e a data-base.

No terminal de Campinas, a direção do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina) não conseguiu convencer os trabalhadores de que somente o fato do governo marcar uma reunião para ouvir o movimento já era um saldo positivo.

A Infraero é de interesse dos investidores. Não vão negociar o fatiamento da privatização. E, logo, o governo também não. Haverá um jogo de cena entre a burocracia do Sina e autoridades governamentais. Se houver necessidade de fazer alguma concessão, como prometer não demitir, depois de privatizados os aeroportos, os capitalistas dão o jeito de desfazer as promessas. Não se colocará um proveitoso negócio nas mãos dos burgueses por amor ao transporte mais conveniente para a classe média.

A decisão isolada de cada terminal pela volta ou não ao

trabalho mostra a fraqueza do movimento diante da dura tarefa de impedir a privatização. A burocracia do Sina é pró-governista e responde à política da direção da CUT. Difícilmente levará à frente uma luta séria contra a privatização. Dilma está aplicando as diretrizes do PSDB e os petistas de esquerda ficam de queixo caído.

Foi do interesse da burguesia que seu Estado investisse na edificação dos aeroportos – como o foi no caso dos portos e rodovias – subsidiando as companhias aéreas. Agora, com o negócio crescendo, se decidiu que é o momento de transferir-lo para os investidores sedentos em valorizar seus capitais na situação de crise.

O governo Federal diz que não tem recursos para ampliar e modernizar os aeroportos e que suas prioridades são outras. Logo, a iniciativa privada é a solução para as dificuldades advindas da sobrecarga de passageiros e cargas. Como se vê, o problema é mais amplo e complexo.

A conversa de modelo de privatização é para inglês ver. A bandeira correta é de nenhuma privatização dos aeroportos e pela estatização das companhias aéreas. Se não se coloca de conjunto a questão dos transportes – terrestre, aéreo e marítimo – não se responderá também a aspectos pontuais. O portos e rodovias lucrativos foram privatizados. E os aeroportos seguirão o mesmo caminho. Há que se levantar um programa de estatização geral dos transportes, sem indenização e sob o controle dos trabalhadores.

Essa tarefa é parte do programa de luta anticapitalista da classe operária, cuja estratégia é a de implantar o governo operário e camponês. Somente a mobilização dos explorados, sob o programa proletário, poderá brear a privatização dos aeroportos. É necessário exigir da CUT e sindicatos que levem para as fábricas a luta contra a privatização dos aeroportos e pela estatização geral do sistema de transporte.

Boletim da Corrente Proletária Ectista

Balanço da greve dos trabalhadores dos correios: direções da FENTECT e dos sindicatos traem os grevistas e os orientam a voltar ao trabalho em regime de escravidão!

Os trabalhadores dos Correios iniciaram no dia 14/09 uma greve que viria a ser a mais longa de sua história. Essa greve foi motivada por duas questões: primeiro pela campanha salarial, onde reivindicávamos um aumento linear de R\$ 400,00 (que depois o comando rebaixou para R\$ 200,00), a reposição da inflação do período e um piso de R\$ 1.630,00, dentre outras melhorias; já a empresa e o governo, por sua vez, ofereceram, inicialmente, uma reposição fajuta de 6,87% e um aumento linear de apenas R\$ 50,00 a partir de janeiro de 2012, além de

um abono de R\$ 800,00, que nada mais é do que uma forma de rebaixar nossos salários. Além desse primeiro motivo, tivemos outro que acabou abandonado pelas direções sindicais e foi propositalmente jogado no esquecimento: a luta contra a medida provisória 532, depois projeto de lei 1490, que privatiza os Correios.

Depois do abandono da luta contra a privatização, as direções sindicais começaram a entrar na estratégia da empresa de desviar o foco de nossa luta para a questão do desconto

dos dias parados. A empresa descontou, criminosamente, os seis primeiros dias de greve para barganhar com o comando da FENTECT a partir dessa armadilha criada como estratégia do governo petista para assustar e derrotar os trabalhadores. Como essa estratégia não deu certo porque os trabalhadores, corretamente e, apesar das direções, intensificaram a luta, a empresa e o comando passaram a contar com uma ajudazinha do poder judiciário (totalmente patronal). Este, mesmo não vendo motivos para decretar a greve ilegal, determinou o retorno ao trabalho no dia 4 de outubro com uma proposta ainda mais ridícula que a primeira: reposição da inflação de 6, 87%, aumento linear de R\$ 80,00 a partir de outubro de 2011, descartando o abono, e obrigando os trabalhadores a voltarem em regime de escravidão aos sábados e domingos, além de permitir que empresa descontasse os 7 primeiros dias de greve!!!!

Ninguém de sã consciência aceitaria um acordo nesses termos, mas, para surpresa de todos, o comando da FENTECT aceitou e orientou os trabalhadores a aceitarem essa humilhação, demonstrando sua total falta de compromisso com

os trabalhadores! Esses responderam a altura e repudiaram massivamente nas assembleias do dia seguinte essa proposta escravizante. O secretário-geral da FENTECT ficou sem reação diante da determinação dos trabalhadores em greve e sem saber o que fazer ficou torcendo por mais uma determinação do judiciário. Esta aconteceu uma semana depois quando o judiciário fez a mesma proposta anteriormente rejeitada, mas a FENTECT e o comando não foram capazes de se impor e, traiçoeiramente, deram por encerrada a greve afirmando que deveríamos, simplesmente, obedecer e aceitar a mesma coisa que tínhamos repudiado uma semana antes.

Assim, as direções sindicais deram um golpe na categoria e como consequência, vamos trabalhar como escravos todos os finais de semana e ainda amargar um acordo coletivo ruim do ponto vista econômico, já que não avançamos um centímetro sequer na luta contra a privatização.

Ficou a lição de que as direções sindicais não estão a altura de nossa luta. Precisamos construir uma nova alternativa de luta que fuja das atuais direções.

Governo Dilma e traidores do PT tiram a máscara mais uma vez e estabelecem regime de escravidão nos correios

O Governo Dilma do PT não está nem um pouco preocupado em fingir que defende os trabalhadores. Faz questão de mostrar a verdadeira cara do seu partido, ou seja, de aliado dos patrões e inimigo dos trabalhadores de base. Após o encerramento da greve dos Correios ela determinou que nós trabalhássemos todos os sábados e domingos na proporção de um por um, desconsiderando direitos históricos de nossa categoria como os 15%, o repouso dobrado e as horas-extras. A empresa fez uma determinação humilhante e perversa de que os trabalhos aos finais de semana fossem externos, ou seja, com entrega nas ruas, mesmo os carteiros correndo risco de assaltos e outras formas de violência.

Observem bem que essa não é uma determinação simplesmente jurídica como dizem os diretores da estatal. É uma determinação puramente política do governo Dilma, uma vez

que abonar os dias de greve não representaria um grande prejuízo para os cofres da empresa. Ela simplesmente quer punir os grevistas, para que não tenhamos forçar de lutar contra outros ataques que com certeza virão.

Mas não devemos nos amedrontar. Devemos chamar a direção do sindicato e da FENTECT para que se convoque uma assembleia e se possa votar uma resolução que nós não trabalharemos nos finais de semana para repor os dias de greve. Devemos exigir o abono dos dias parados e não aceitar nenhuma forma de opressão que a senhora presidenta insiste em determinar. Devemos encapar uma luta com faixas e cartazes de ABAIXO A ESCRAVIDÃO!

- Que o Sintect convoque uma assembleia extraordinária! Pelo abono dos dias de greve!
- Abaixo a escravidão! Pela não entrega nos finais de semana!

75 milhões de jovens no mundo estão desempregados

Os dados são da Organização Mundial do Trabalho (OIT), apresentados no Relatório das Tendências Mundiais do Emprego Juvenil 2011. Certamente, os números poderão ser maiores. Como ocorrem com as pesquisas divulgadas no Brasil pelos organismos oficiais. O fato é que há milhões e milhões de jovens desempregados, subempregados e outros tantos que ainda não alcançaram chegar a um posto de trabalho. Trata-se de uma geração que vem sendo mutilada pela desagregação do capitalismo.

O Relatório indica, também, que o crescimento do desemprego entre os jovens vem se aprofundando desde 2008, na Europa. No Oriente Médio e Norte da África, um a cada qua-

tro jovens está sem trabalho. Não por acaso, as revoltas nessas regiões contaram e contam com um grande contingente juvenil. Na Europa, a resistência contra a crise capitalista, particularmente na Grécia, Espanha etc, tem à frente esses jovens sem perspectiva de trabalho.

As soluções apontadas vão desde o aumento de investimento em educação, formação com qualidade e melhorias trabalhistas até as chamadas políticas para a recuperação econômica. Acontece que a burguesia e seus Estados travam um combate para impor medidas de proteção ao grande capital, o que significa golpear mais fundo os serviços públicos (saúde, educação), demitir parcela significativa do funcionalismo e re-

tirar direitos trabalhistas, o que quer dizer precarizar ao máximo o trabalho. Assim, o desemprego e o subemprego tendem a crescer, atingindo não só a juventude.

Não cabe indignação diante da situação. A defesa do emprego a todos os jovens se fará nos movimentos de rua. A bandeira que permite unir a juventude e os demais trabalhadores é a da escala móvel das horas de trabalho. Os capitalistas

dirão que o problema está na desaceleração da economia. Os governantes dirão que não há recursos para investimentos em serviços públicos. Portanto, estão se protegendo da crise, o que implica atingir a força de trabalho. A juventude e a maioria explorada estarão unicamente defendendo a sua existência. A escala móvel das horas de trabalho é uma reivindicação de divisão das horas nacionais entre todos aptos para o trabalho.

Dilma não dá um passo em favor dos assentamentos

O MST constata que o primeiro ano de governo Dilma pode ser “perdido para a reforma agrária”. Diz que a presidente recebeu 90 processos de desapropriação de terras, já concluídos no governo Lula, que bastava apenas seu aval, mas que não obtiveram sua assinatura. Os dados mostram que, em oito meses de Dilma, apenas 1.949 famílias foram assentadas, o que equivale a 21% do primeiro mandato de Lula. Que também foi limitado. Mas, a demora não se dá unicamente nos assentamentos. Os recursos para os assentados são extremamente morosos.

Dilma, diante do movimento, disse que apressaria as medidas e se comprometeu em assentar 20 mil famílias até o final do ano. São palavras que o vento já levou. O fato é que o governo Dilma está voltado a proteger os negócios da burguesia

agrária.

Cresceu a concentração de terras

Continua no governo Dilma a concentração de terras. Dados recentes indicam que 330 milhões de hectares estão com 131 mil proprietários. Ou seja, 5% detêm 64% das propriedades rurais. O fenômeno da concentração de terras se agravou nos últimos anos e, com ele, a desnacionalização.

O programa que responde ao monopólio da terra sobre o controle de um punhado de latifundiários e da agroindústria é o da expropriação, da nacionalização e da implantação das relações socialistas de produção. Os camponeses pobres terão acesso às terras nacionalizadas e garantidas, pelo operário e camponês, plenas condições de cultivo.

UEL - Londrina

Resposta sobre a ditadura do proletariado

Em meio ao movimento contra a homofobia, um estudante da pastoral universitária questionou a presença de uma corrente que defendia a ditadura do proletariado. Sendo assim, a Corrente Proletária na Educação resolveu responder, publicamos abaixo:

Como fomos citados neste comentário, nos sentimos no dever de explicar algumas questões, sobretudo a questão da DITADURA DO PROLETARIADO.

Antes de explicar a ditadura do proletariado, precisamos entender a ditadura da burguesia. É sob ela que funciona a sociedade em que vivemos. No senso comum, estabelece-se a ditadura ou democracia como formas de governo, mas estes conceitos não se limitam a este aspecto.

O Estado surgiu a partir da divisão da sociedade em classes, pois é um instrumento de opressão de uma classe sobre outra (portanto uma ditadura). Até o momento, só conhecemos Estados que foram ditaduras de minorias, sejam os senhores escravistas, a nobreza ou a burguesia.

A burguesia sofisticou sua forma de dominação e utiliza diferentes formas de governo de acordo com a necessidade: fascismo, ditadura, democracia e até monarquias são algumas das formas que a dominação burguesa pode assumir. Há diferenças entre estas formas, e devemos sempre lutar pelas liberdades democráticas, de organização, expressão, etc. Mas, mesmo a democracia mais democrática, no capitalismo, permanece como uma ditadura de uma minoria para oprimir a maioria.

Por exemplo, a liberdade de imprensa é desfrutada de forma desigual. Aqueles que detêm os meios de produção tam-

bém controlam os instrumentos de produção da ideologia, podem comprar espaços nos meios de comunicação por meio de publicidade, podem fazer quantas publicações quiserem e os grandes meios de comunicação, por serem propriedade privada de determinados grupos capitalistas, também reproduzem a ideologia da classe dominante. Os oprimidos não desfrutam da mesma possibilidade.

O Sistema Judiciário também é desigual, pois é parte do Estado burguês, basta ver que em nossa sociedade o direito à propriedade privada (dos meios de produção) está acima do direito à vida, à moradia, a um salário mínimo suficiente para a sobrevivência de uma família, etc. Um miserável é preso por roubar comida e um corrupto, por exemplo, rouba centenas de milhões e é protegido por esta mesma “justiça”. Segundo a CPT, de 1.186 assassinatos de trabalhadores rurais registrados entre 1985 e 2010, apenas 91 foram julgados.

A liberdade de organização também é desigual, a burguesia tem à sua disposição os melhores locais e as melhores formas de convocação e os trabalhadores sofrem todo tipo de restrição, basta ver a prisão de militantes do passe livre por panfletarem no terminal central ou todas as leis anti-greve que restringem as possibilidades de organização dos oprimidos. Poderíamos dar ainda muitos exemplos.

Os marxistas, defensores do comunismo, colocam no centro de sua prática política a necessidade de emancipar esta maioria que é oprimida pela burguesia: o proletariado e a pequena burguesia urbana e rural. Mas as experiências das lutas dos trabalhadores mostram que a burguesia não aceita as tentativas de organização dos oprimidos, usa todos os meios para

impedir isto: jurídicos, ideológicos e repressivos. Quando necessário prende, tortura e mata aqueles que se levantam. Hoje no Brasil temos centenas de militantes marcados para morrer isto é expressão da ditadura da burguesia.

Não é possível convencer o latifundiário de que ele deve abrir mão da propriedade de sua terra para beneficiar milhares de famílias camponesas, ou o dono de uma multinacional – que recebe subsídios dos governos, esgota os recursos naturais e explora os trabalhadores – de que, para benefício da sociedade como um todo, a propriedade privada dos meios de produção deve terminar. Por isso que o marxismo tem como estratégia a revolução e ditadura proletárias. E tem como método a revolução violenta. Não por serem sanguinários, mas justamente porque a burguesia não vai abandonar seu poder pacificamente, muitos massacres testemunham isto, a história da Comuna de Paris é bastante ilustrativa, inclusive a Comuna de Paris foi considerada uma primeira experiência de Ditadura do Proletariado, ou seja, um governo da maioria, infinitamente mais democrático que a mais democrática forma de governo da burguesia.

Ou seja, o marxismo tem como finalidade uma sociedade sem classes, sem opressão, em que o Estado se torne desnecessário e na qual a própria sociedade se administre coletivamente. Mas para chegar a isso, e principalmente para combater todas as mazelas do capitalismo: desemprego, fome, miséria, guerras, etc. é preciso impedir a burguesia de reagir e de massacrar os que estão lutando pelo socialismo. Este período provisório, intermediário, em que é necessário oprimir esta minoria é esta ditadura da maioria, a ditadura do proletariado, que num país como o nosso teria de corresponder a um governo de operários

e camponeses, porém sob a direção do proletariado.

Como acabar com as opressões

Como nossa estratégia é a revolução e ditadura proletárias, a atuação da Corrente Proletária na Educação/POR em todos os movimentos se pauta pelos métodos próprios da classe operária, que levem ao fortalecimento da organização dos oprimidos. Por isso que não confiamos que projetos de lei vão resolver nossos problemas, quem vota o projeto? O parlamento burguês, corrompido até a medula.

Além disso, as opressões estão enraizadas na exploração do homem pelo homem, relação naturalizada no capitalismo. Então não alimentamos a ilusão de que é possível acabar com a opressão sobre os negros, mulheres e homossexuais dentro do capitalismo, no máximo o que se consegue, em conjunturas específicas, é amenizar estas opressões.

Assim, nossa luta no âmbito do transporte, da defesa da Educação pública, gratuita, laica e científica, contra as opressões, contra o salário mínimo de fome, pela autodeterminação dos povos, dentre outras, está intimamente ligada à nossa defesa de necessidade de acabar com o capitalismo, e este processo passa pela ditadura do proletariado.

Por conta dos anos de arbítrio das ditaduras militares no Brasil e América Latina e até mesmo de uma capitulação das esquerdas ao campo do eleitoralismo burguês, a maioria das correntes, mesmo que formalmente digam que defendem a ditadura do proletariado, escondem esta estratégia. Ou seja, na prática não a defendem. Nós não, preferimos mostrá-la e se gerar incompreensões, aproveitar para explicá-la. Por isso que você a encontrou tão facilmente em nossos materiais.

Boicotar o ENADE em defesa da universidade pública, gratuita e autônoma

No dia 06 de novembro, será realizado o ENADE, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, que integra SINAES, Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, parte da política educacional do governo federal. Os cursos de graduação avaliados neste ano são: Arquitetura, Biologia, Ciências Sociais, Computação, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Química, Pedagogia, Educação Física, Artes Visuais, Música e Engenharias.

Em geral, a pressão para que os estudantes façam a prova é violenta. O governo os obriga a ir ao local da prova e política e ideologicamente coage os estudantes a responderem as questões. Os professores que contribuem para esta pressão atuam como braço da burocracia universitária, que representa no interior da universidade a política do Estado. Nós da Corrente Proletária na Educação defendemos o boicote ao ENADE como denúncia à política privatista e à violação da autonomia das universidades.

ENADE pisoteia Autonomia

O verdadeiro significado da autonomia é a capacidade da universidade se autogovernar em oposição à ingerência do Estado, da igreja e da burguesia. No Brasil nunca tivemos um poderoso movimento em defesa da autonomia universitária. Diferente das universidades europeias, surgidas há cerca de um milênio, como corporações autônomas em relação ao poder dos reis e do papa, nossa primeira universidade data de 1920, criada diretamente pelo Estado. Enquanto o restante da

América Latina foi sacudido pela Reforma Universitária de 1918 e o movimento estudantil boliviano protagonizou em 1969-1970 um movimento em defesa da autonomia, expresso no poder estudantil e aliança com o proletariado... no Brasil, o movimento estudantil ficou limitado ao nacionalismo burguês e às bandeiras puramente democratizantes.

Para destruir a autonomia, o governo federal lhe dá outro significado. No portal do MEC se lê a definição de autonomia como “responsabilizar a universidade pela escolha dos meios para atingir os fins mais amplos definidos pela sociedade”. Não nos enganemos, quando o Estado diz “sociedade”, leia-se “a classe dominante”, “mercado”, “burguesia”. Outra concepção de autonomia usada pelos governantes é a da “autonomia financeira” que na prática significa fazer a universidade se virar para se financiar, fazendo pipocar todo tipo de taxa e curso pago.

Do Provão ao ENADE

Antes do ENADE, houve outras políticas de avaliação implantadas nacionalmente, a primeira foi no governo de Itamar Franco, já atendendo às recomendações do Banco Mundial.

Fernando Henrique Cardoso/PSDB, em meio às reformas neoliberais, implantou diferentes mecanismos de avaliação: Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional de Cursos (ENC/provão),

além da criação de comissões para avaliação da oferta de cursos e de ensino. O Provão foi combatido pelo movimento estudantil, mas não de forma consequente e sim eleitoreira. Tanto é que, com a continuidade desta política sob o Governo de Lula/PT, a UNE abaixou suas bandeiras.

A política de avaliação de Lula tem seu primeiro passo em dezembro de 2003. Por meio de medida provisória, foi instituído o “Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior - SINAPES”, que se transformou em SINAES, Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, portaria do MEC nº 2051 de 9 de julho de 2004). O SINAES é composto pela avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

ENADE e privatização

A burguesia avança sobre os direitos sociais e procura mercantilizar tudo: saúde, previdência, educação, dentre outros. Os poucos serviços sociais gratuitos são um obstáculo para o lucro, vistos como concorrência desleal, por isso devem ser privatizados ou sucateados. Em 1995, por exemplo, a Organização Mundial do Comércio estabeleceu que educação deve ser considerada como serviço e não como direito e por isso pode e deve ser vendida. As reformas neoliberais procuraram dissolver as fronteiras entre ensino público e privado. No plano ideológico, vários arautos da burguesia passaram a falar que o ensino superior era caro, elitista e por isso, deveria ser destruído. Lula se colocou em uma cruzada pela “democratização do acesso” o que institucionalizou sua política de comprar vagas nas privadas e contribuir para a expansão do ensino privado, que hoje já detém 90% das instituições.

Os instrumentos de avaliação como o Provão e ENADE servem para dizer: daremos os recursos para as instituições “eficientes” sejam públicas ou privadas (mediante o FIES e o PROUNI). Ou seja, a política de avaliação é uma forma de pretensamente quantificar a eficiência e qualidade, considerar instituições públicas e privadas como parte de um mesmo sistema e por isso passíveis de serem bancadas pelos recursos públicos.

O SINAES/ENADE também é parte da política privatista. Assim como FHC privatizou a telefonia, energia elétrica e outros setores, mas, criou as agências reguladoras. Com a política de avaliação o Es-

tado pretende dizer: “nos desresponsabilizamos em oferecer ensino público e gratuito a todos, mas estamos regulando o ensino superior”. Mentira, o Estado se curva diante da voracidade capitalista.

Ranqueamento

As instituições avaliadas são classificadas com notas de 1 a 5. Isto leva a uma padronização e homogeneização dos currículos. Assim como o ensino pré-universitário é deformado pela necessidade de passar no vestibular, assistimos a modificações curriculares para se adequar ao que o governo considera de “qualidade”, inclusive há cursos e faculdades que fazem cursinhos pré-Enade. Afinal, ter uma boa nota significa um elemento a ser explorado pela publicidade e atração de novos clientes. As notas são relativas... ou seja, a nota 5 não diz nada sobre o curso. Apenas que, dentre todos os concorrentes, estes são os menos piores. Além disso, o ranqueamento estimula a competição entre as instituições e entre os estudantes.

Caráter punitivo

O governo Lula impôs o caráter punitivo ao ENADE. O estudante é obrigado a comparecer no dia da prova (desde que sua universidade se credencie), senão não recebe seu diploma (o que é questionado judicialmente por vários estudantes). Ora, o diploma comprova as atividades obrigatórias do curso, a avaliação institucional não tem nada a ver com a formação do aluno, é só um mecanismo de chantagem. Além disso, por terem autonomia, as universidades podem escolher não se credenciar. A USP por exemplo nunca se credenciou. Será que alguém deixou de se formar por isso?

Além da punição, o governo premia os estudantes que se doam à sua política. Os suborna com a promessa de que os melhores entrarão no mestrado diretamente, com bolsa, burlando o processo de seleção. Mais uma ingerência absurda no funcionamento das universidades.

Fazer a prova significa reforçar a política educacional do governo anti-autonomista, privatista, pró-imperialista e excludente da maioria. O boicote ao ENADE não é suficiente para se opor a esta política, é necessário ir além e promover uma campanha nacional pela estatização da rede privada de ensino, sem indenização, que deve ser colocada sob o controle dos que estudam e trabalham.

PSTU segue o calendário eleitoral

Em Belo Horizonte, Minas Gerais, o PSTU lançou o manifesto pela frente de esquerda eleitoral, dirigido ao PSOL e PCB. Estamos há um ano das eleições municipais de 2012 e os morenistas já estão alvoroçados. Querem se preparar com antecedência, uma vez que os partidos da burguesia já o fazem.

O PSTU alerta que “enquanto os trabalhadores, a juventude e o povo pobre estão lutando para melhorar sua vida, os políticos que representam os banqueiros, empresários e latifundiários já pensam em como se (re) eleger”. Por que então os “socialistas” não deveriam fazer o mesmo? Uma campanha eleitoral pressupõe um período de negociação entre os partidos. Leva tempo definir quem serão os candidatos de uma coligação. Eis por que os partidos observam o calendário eleitoral como muita antecipação. A corrida do período pré-eleitoral comparece como decisiva na disputa final. Como a eleição segue um objetivo estratégico para os partidos da burguesia, a

arregimentação de forças econômicas e sociais constituem uma conjuntura política particular.

O Manifesto mineiro do PSTU indica que o socialismo morenista pretende se colocar como uma força eleitoral nesse quadro. O PSTU está preocupado com o que podem fazer o PSOL e PCB. Então, propõe a “realização de reuniões e debates entre todos os interessados, que possam culminar em um Encontro dos Movimentos Sociais para definição do programa, alianças e candidaturas da frente”. Anuncia ao PSOL e PCB: “colocamos a disposição o nome da companheira Vanessa Portugal (...)”.

O PSTU teme que fracasse a constituição da frente, como ocorreu nas eleições presidenciais. O nome de Vanessa Portugal, pelo visto, não é uma condição. Trata-se apenas de uma moeda a ser negociada com os demais partidos. A política de frente de esquerda voltada ao reformismo social-democrata

(PSOL) e ao estalinismo (PCB) objetiva potencializar-se eleitoralmente, ainda que sem possibilidades de enfrentar os partidos da burguesia.

Deparamo-nos com a esquemática descrição sobre a disputa de “dois grandes projetos políticos”, de um lado, PT, PMDB, PDT, PSB, PCdoB, etc., de outro, o PSDB, DEM e Cia, como “oposição de direita”. O PT e Dilma representam o “governo democrático e popular”, mas que ataca os direitos dos trabalhadores. A oposição “representa o velho projeto neoliberal”. Entre esses dois campos, pode haver um terceiro, segundo o PSTU, que se distinga dos “projetos de apoio ao governo federal e da oposição de direita”. Trata-se da “frente de esquerda, dos trabalhadores, socialista”.

A ideia de uma terceira via de esquerda em sua essência é eleitoreira. O PT e PSDB protagonizam duas coligações que expressam a disputa interburguesa pelo poder do Estado por meio do voto universal. A política do proletariado para as eleições jamais se colocará por constituir uma terceira possibilidade no campo eleitoral. O conteúdo de classe do seu programa e a estratégia da revolução e ditadura proletárias são incompatíveis com a chegada ao poder pela via eleitoral. Está aí por que Lenin defendeu a utilização da tática eleitoral e a atuação do partido no Parlamento como uma tribuna, um meio, para desenvolver a denúncia contra o capitalismo e sua democracia e usá-la para organizar a ação direta das massas. Jamais, portanto, para conquistar o poder.

A noção de disputa entre dois projetos, com possibilidade de um terceiro, não é marxista, mas sim reformista. No caso particular de Belo Horizonte, o PSTU demonstra “que nem o PT e nem o PCdoB estão dispostos a ser oposição consequente à prefeitura de Márcio Lacerda e ao governo Anastasia”. Em lugar de um terceiro campo ou terceiro projeto, refere-se a uma “oposição consequente”. Em nível nacional, o PT está no po-

Fortaleza-CE

Governo Cid não sinaliza avanços. Preparar o retorno à greve da categoria para derrotar o governo Cid!

Mesmo depois da manobra desfechada pela diretoria da APEOC (PT, PC do B) na última assembléia no dia 7 de outubro, a categoria vem demonstrando estar disposta a retomar a greve em novembro, caso o governo Cid não atenda as reivindicações. Os zonais estão fazendo as reuniões, na maioria dos casos com aumento da quantidade de professores, e encaminhando as mobilizações apesar da direção do sindicato e da reposição das aulas. O interior também tem mostrado força e organização como vimos no último final de semana quando o governador foi vaiado em Sobral.

As burocracias sindicais nada fazem para unir as categorias que estão em luta e derrotar os governos que um a um impõem derrotas aos trabalhadores através da justiça e do corte de pontos como foram os casos dos correios, bancários, IFCE, trabalhadores da saúde e das demais greves na educação país afora. O PT e PC do B jamais irão defender a unidade contra os governos que apóiam, aqui como em muitos estados nas

der e tem o PSDB na oposição. No estado de Minas Gerais, o PSDB é governo e o PT é coligado. A relação entre situação e oposição na política burguesa tem por fundamento garantir o poder capitalista, via-de-regra, se alternam no comando do Estado. E podem variar em suas coligações uma vez que todos os partidos têm na essência de sua política o mesmo conteúdo de classe.

O marxismo não estabelece sua posição tendo por base o conceito de “oposição consequente” ou inconsequente. Não se pode diferenciar o governo de Dilma e a oposição liderada pelo PSDB, como um sendo antineoliberal e o outro neoliberal. As posições pró-imperialistas do governo petista são evidentes. Mas o PSTU o faz porque coloca-se no quadro da disputa interburguesa a constituição de uma oposição de esquerda, diferenciada da “oposição de direita”. Pretende-se, em Belo Horizonte, formar uma “oposição consequente”.

Acredita-se na possibilidade de uma frente eleitoral de esquerda disputar eleições e exercer uma oposição institucional de esquerda. O PSOL também apregoa a oposição de esquerda ao governo Dilma. Não por acaso, o PSTU e PSOL rechaçam a posição do POR de oposição revolucionária, que se exerce com a defesa do programa proletário e com o método da ação direta.

Há muito o que se fazer por constituir uma frente revolucionária antiimperialista, bem como por uma frente de intervenção em torno de bandeiras como a de *Abaixo a lei anti-greve*. Inúmeros têm sido os movimentos grevistas duramente atingidos por medidas judiciais. No entanto, nenhuma campanha de ação conjunta contra o autoritarismo do governo e da burguesia tem sido feita.

A tarefa que se coloca no momento não é a de convocar reuniões para se decidir sobre candidaturas, mas sim convocar a vanguarda a se organizar em torno de um programa de enfrentamento da crise capitalista.

três esferas.

A comissão de negociação, da qual apenas uma parte é eleita pela base, não irá garantir o avanço das negociações, especialmente sem a pressão dos professores. Os 30 dias de negociação Apeoc-Seduc não foram escolha da categoria, mas imposição da Apeoc com um golpe na assembléia do dia 07/10. O governo vem enrolando e a negociação não tem avançado. A Secretária Isolda Cela, e o governo como um todo, têm plena consciência de que não se avançará nas negociações e se preparam para enfrentar a categoria com repressões e ameaças. Por isso reúnem diretores de escola e ordenam manter os professores sob rédeas curtas. No que se refere à reivindicação de 1/3 de hora atividade, os dados do próprio governo mostram que o impacto é de apenas 6% do orçamento do FUNDEB. Ou seja, recurso existe, mas falta vontade política do governador em cumprir a reivindicação da categoria. À principal reivindicação, porém, a do piso re-

percutindo na atual carreira, o governo evitar repassar números e abrir o orçamento, o que significa não mexer uma palha para atender nossas reivindicações.]

Pela efetivação de todos os professores temporários

Existem atualmente 12 mil professores temporários na

Rondônia

A vitória da greve depende da unidade e da ação direta

A greve da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) iniciou no dia 14 de setembro. Já são mais de 40 dias. Ganha força com a unidade entre estudantes e professores. A razão desta força é a justiça que motivou o levante de estudantes e professores do Campus de Porto Velho e se estendeu pelos Campuses de Rolim de Moura, Ariquemes e Vilhena.

Professores e estudantes da Unir nunca estiveram tão unidos. Se a greve uniu estudantes e professores em torno de um só objetivo, é preciso seguir em frente. Nada de dispersão. Nada de privilegiar interesses individuais ou de setores da universidade. Um só movimento em defesa da escola pública.

A ocupação da reitoria pelos estudantes representa o ponto alto da greve. Sinaliza a força do movimento para arrancar as reivindicações.

Não submeter a greve às supostas ajudas dos parlamentares

A fortaleza da unidade grevista está em oposição às medidas legalistas. A apresentação na Secretaria de Ensino Superior – SESU/MEC, de um dossiê com mais de 1.500 páginas, que denuncia a corrupção em torno das verbas públicas, é uma forma auxiliar para impulsionar a luta direta e nas ruas dos grevistas.

Repetimos: é hora de engrossar o contingente grevista na ocupação da reitoria, que já conta com 21 dias, e na guarda das entradas do prédio. Fortalecer as demais ações diretas, as manifestações de rua, bloqueios etc. A nossa capacidade de unidade e ação coletiva é nossa arma para impor as reivindicações.

Os professores passaram por cima da direção da Adunir. Os técnicos não tiveram a mesma força, sua entidade (Sintunir), encontra-se sob o jugo de uma presidente mão de ferro que se posiciona ao lado da legalidade e da tirania do reitor Januário. Os técnicos continuam submetidos à direção, que espalha medo e se apoia nas medidas anti-greve (Interdito proibitório). Já os estudantes por expressarem o setor da comunidade universitária sobre os quais os problemas se refletem intensamente, decidiram pelo apoio ao movimento grevista e ocuparam a reitoria.

Responder à violência reacionária do estado com a violência revolucionária

O que mais incomodou a burocracia da Universidade, que acionou os aparelhos repressivos do estado, foi a ocupação da reitoria pelos estudantes e os plantões de estudantes e professores nas sacadas e escadarias da reitoria, como forma de proteger os estudantes na ocupação. Sendo assim, sexta-feira, dia

rede. Companheiros que estão na luta e não possuem estabilidade nem direitos como os efetivos. Com a implantação do 1/3 de hora atividade abrir-se-á uma demanda de 4.400 vagas na rede. O governo promete concurso e se o fizer atenderá apenas a este contingente. Defendemos por isso a imediata incorporação ou efetivação destes companheiros na rede.

21, na terceira tentativa fracassada de desocupar a reitoria, a polícia federal despeçou sua ira sobre o professor Valdir Aparecido de Souza, levando-o preso.

O estudantes e professores rejeitam Januário do Amaral como reitor da universidade. Estão dispostos a manter a greve até que o reitor seja afastado. Denunciam os milhões de reais desviados pelo reitor. Mostram que a corrupção impede o funcionamento da universidade, devido à brutal precariedade na infraestrutura.

A Corrente Proletária da Educação assinala que o simples afastamento do reitor não levará ao fim da corrupção. O controle da universidade pela assembleia universitária (alunos, professores e funcionários) é uma bandeira para colocá-la sob a direção de quem estuda e trabalha. No seio do movimento grevista, a Corrente Proletária defende a estatização de todo o sistema de ensino, por meio da expropriação, sem indenização, da rede privada. Fim da Fundação Riomar e seus bens incorporados aos patrimônios da Unir. Levanta a bandeira de um sistema único, público, gratuito, em todos os níveis, vinculado à produção social.

Plenária e discussão
A INTERVENÇÃO DA OTAN NA LÍBIA



OS ATAQUES AOS MOVIMENTOS
GREVISTAS NO BRASIL



Organização:
Corrente Proletária



DATA: 29/10 (Sábado)
HORA: 09:00h
LOCAL: R. Prof. Zuza - nº 98 (Px. a Pague Menos da Rio Branco)

POR

Nessas eleições do Sintero, nem chapa 1 nem chapa 2

A Corrente Proletária da Educação (CPE), desde o início do ano, tentou organizar uma chapa de oposição, aproveitando o descontentamento dos trabalhadores da educação e simpatizantes do programa da CPE, para concorrer às eleições do Sindicato dos Trabalhadores da Educação – Sintero. Porém, o trabalho de constituição de uma chapa oposicionista depende da compreensão do programa de combate à burocracia sindical, de defesa dos princípios da democracia sindical e de luta pelas reivindicações vitais dos explorados. Por isso, é um processo que depende da evolução política dos trabalhadores e, portanto, não se improvisa. Por outro lado, não pode ser interrompido pelo calendário das eleições.

O que é importante é o fato dessa vanguarda, que despontou das lutas, continuar firme no propósito de constituir de uma oposição aos burocratas do PT e do PCdoB. Essa militância que se aproximou da Corrente Proletária está disposta a realizar o trabalho nas assembleias, nos congressos, nas conferências e demais eventos promovidos pelo sindicato. Nestes eventos, temos defendido que *o sindicato é um instrumento de luta e tem de ter em sua direção os “melhores combatentes”*. *Acentuamos que quem está com o governo, não pode defender as reivindicações dos trabalhadores*. Como é o caso, do PT e do PCdoB que por ora aparecem divididos em torno das eleições sindicais.

Não há diferença entre as duas chapas concorrentes

As eleições para o próximo triênio acontecerão no dia 03 de novembro. Duas chapas estão em disputa:

A **chapa 1 – “Renovação com Responsabilidade”**. É encabeçada por membros da atual diretoria, que majoritariamente são militantes do PT e da CUT. Pretendem continuar no comando do sindicato. Os componentes só mudaram de lugar.

A **chapa 2 – “SINTERO Livre”**. Reivindica como chapa de oposição. É apoiada pela CTB e PCdoB. Trata-se de uma chapa que não se diferencia, na sua essência, da chapa do PT. O PCdoB compõe o governo Dilma. Apoiar a política educacional do Ministério da Educação (a exemplo do PNE) e, recentemente, teve seu ministro dos esportes envolvido por denúncias de corrupção. A disputa entre chapa 1 e 2 é puramente burocrática, ou seja, quem ficará no controle do sindicato. Isso por que a política será a mesma: a da conciliação de classe.

Está aí por que os trabalhadores da educação não poderão se ludibriar com a ideia de que há duas chapas concorrendo as eleições. Uma da situação e outra da oposição. Isso é falso. O que há é uma só política nessas eleições. Tanto a chapa 1, quanto a chapa 2, apoiam o governo, fazem parte de seu ministério e usam os sindicatos para anular a disposição de luta dos explorados. São chapas que impulsionaram e impulsionam a estatização dos sindicatos. São chapas que se submetem à lei anti-greve, quem impõem punição às greves, multam os sindicatos e impedem o livre direito de manifestação dos trabalhadores. São chapas que até há pouco tempo faziam parte da mesma Central - a CUT. E que a divisão criada pelo PCdoB, constituindo a CTB, foi unicamente para se aproveitar da legalização das centrais e do imposto sindical. Portanto, nada tem a ver com diferenças de posições políticas, embora uma chapa seja do PT (reformista) e a outra do PCdoB (estalinista).

Objetivos dos burocratas da chapa 1 e da chapa 2

É do conhecimento dos trabalhadores em educação que os burocratas dirigentes do sindicato durante mais de vinte anos se utilizam da entidade como trampolim eleitoral. Chamam a base para a farsa das eleições, indicando que lá no parlamento serão **“representantes”** da categoria. O papel que não cumpriram no campo da luta de classes, prometem cumprir no campo do Estado burguês, como prefeito, governador e presidente. Fazem promessas de toda natureza para iludir os explorados.

Assim, os sindicatos passam a ser o pontapé inicial para o carreirismo parlamentar dos burocratas. Saber manejar os sindicatos com destreza, saber aplicar a conciliação de classes e ganhar o apoio de uma parcela dos trabalhadores, é fundamental para galgar os postos no Estado.

Não por acaso, o que temos vistos nesses 22 anos é a transformação do sindicato em trampolim eleitoral para os candidatos e para os partidos coligados. Comparecem como cabos eleitorais, na caça de votos e empregos para parentes e amigos da diretoria (o nepotismo sindical). O sindicato foi transformado em empresas, cujas lideranças só pensam em criar sede social (clubes de lazer) e alojamentos, que alugam ao público e, em circunstâncias especiais aos filiados.

Portanto, agem no sentido oposto aos objetivos de um sindicato. O sindicato foi criado para defender os direitos dos trabalhadores frente à exploração dos patrões e de toda opressão da classe capitalista.

Posição da Corrente Proletária - VOTO NULO, por um sindicato democrático

Nessas eleições, a Corrente Proletária não pôde lançar uma chapa de Oposição, sob a base do programa e do método da ação direta. Por isso, está obrigada a defender o **VOTO NULO**, que se expressa na luta pela constituição de uma oposição classista e de combate às burocracias das chapas 1 e 2. Na defesa da construção de um sindicato de luta de classes, que coloque de pé a vontade da base filiada, que respeite a livre expressão das diversas correntes políticas, que se preocupe com fundos de reserva para as greves e que seja de enfrentamento aos projetos privatistas da educação e aos ataques à vida dos trabalhadores da educação pelo governo Confúcio/PMDB do prefeito Roberto sobrinho/PT. As reivindicações da base representam a lei suprema, a qual a direção sindical deve subordinar-se. Esta não pode atuar a seu bel-prazer e sim tomar decisões mediante votações em assembleias massivas da categoria. Portanto, deve respeitar a soberania das assembleias.

Nesse sentido, chamamos a vanguarda que se desponta nas lutas a fazer parte da constituição desse pólo classista. Portanto, a constituir a Corrente Proletária pela independência política e organizativa do sindicato frente aos governos. Chamamos a militância a votar nulo, mas defendendo o programa de transformação social, de luta contra o capitalismo, que explora e oprime a maioria dos trabalhadores. Chamamos a se posicionar pelas reivindicações vitais, entre elas o emprego, o salário, a estabilidade e os direitos trabalhistas. O Voto Nulo expressa, nessas circunstâncias, a luta dos trabalhadores para impor um sindicato como organismo de defesa da vida dos explorados e de combate aos burocratas que se venderam à política dos exploradores.

Eleições da ADUERN

Por que a corrente proletária docente/ P.O.R. votou nulo programático

No dia 19 de outubro ocorreram as eleições para a direção da Aduern biênio 2011-2013. As eleições acontecem no contexto imediato a uma greve de 106 dias, sob o governo do DEM (Rosalba Rosado) de grande ataque aos serviços públicos e arrocho salarial, retorno das greves do funcionalismo estadual e enorme processo de sucateamento da UERN.

O governo de Rosalba Rosado (DEM) pretende privatizar os serviços públicos através da terceirização e se desresponsabilizar com o ensino superior, no caso a UERN. Arrocha salário dos funcionários estaduais e conta com isso com a grande estatização dos sindicatos realizados pelo PT e PCdoB. Repressão, privatização e arrocho salarial é a proposta do DEM, como todos os governos burgueses, para os trabalhadores.

Neste contexto, seria importante uma direção da Aduern que aprendesse com a greve anterior e percebesse a necessidade de uma direção sindical combativa, de luta, disposta ao confronto com o governo e preparasse politicamente a categoria. Uma direção baseada no método da ação direta (ocupações, bloqueios de rua, piquetes, etc), lutasse pela união dos trabalhadores – portanto, criticando a divisão patrocinada pela CTB/PCdoB, Conlutas/PSTU, etc – e de política independente dos governos e partidos burgueses – o que não pratica a CUT/PT.

Porém, o que se vê foi a inscrição de uma única chapa, “Unidade e Luta”, que não esconde sua política de continuidade. A chapa “se apresenta com o propósito de levar adiante o trabalho” das diretorias anteriores – como diz em sua carta-programa –, portanto, continuidade da influência política dos professores do PT e PCdoB em nossa categoria. São os mesmos que estatizaram nosso sindicato quando do governo de Wilma de Farias (PSB), evitando qualquer questionamento ao governo que participaram de 2007 a 2011, mesmo diante de um corte, em um único ano, de 45% do orçamento da UERN. São os mesmos que se referem a “luta intransigente da autonomia e gestão democrática da UERN”, mas que já sabemos que isso significa apoiar a proposta neoliberal de autonomia financeira das universidades. E a gestão democrática é o voto desigual entre os segmentos, permitindo a continuidade do poder da burocracia universitária, o silêncio diante das perseguições políticas patrocinadas pelos seus consortes quando a frente da administração da universidade, como na direção da FAFIC. Pelo exposto até aqui, a proposta da “Unidade e Luta” “em defesa de um sindicato democrático e autônomo em

Boletim Nossa Classe – Rio Grande do Norte

Vamos lutar contra a superexploração dos patrões e seus altos lucros! Reajuste salarial já!

Os trabalhadores do mundo todo têm respondido com muita luta às formas de opressão feitas pelos governos e patrões. É a maioria que tem produzido a riqueza e, no entanto, sofre como salário de fome e que no dia-a-dia não temo mínimo de acesso nem mesmo ao que produz.

São os patrões que sugam todo nosso sangue e suor para ao final do nosso trabalho, depois de muitas cobranças feitas pe-

relação a governos, partidos e administração universitárias” é um engodo, pois não possuem política prática para isso. São os mesmos que encaminham a greve da categoria de modo passivo, submissa ao governo e leis burguesas, opuseram-se na prática a todas e quaisquer propostas de confronto direto com o governo e ocupação de prédios públicos.

“Unidade e Luta” irá continuar com a política corporativista de não unificar com as outras categorias seja da UERN ou do funcionalismo estadual. É por isso que quando se refere aos “ataques sistemáticos do Governo do Estado” não cita as outras categorias, inclusive, em greve. O nome “unidade” é uma ironia política. Manterão a despolitização da categoria, por isso não citam o nome de Rosalba e seu partido. Reclamam da categoria que “não tem o perfil” da luta de rua mas não a preparam politicamente, ao contrário, são um obstáculo ao amadurecimento da categoria ao caracterizar o movimento anterior como de conquistas. Passa a impressão então para a categoria de que basta um movimento de greve passivo que conquistamos algo do Governo. São estes, da “Unidade e Luta”, que se contentam com migalhas e, assim, obstaculizam o avanço da consciência de luta dos professores da UERN. Neste sentido, o termo “luta” também é uma bravata da chapa com a categoria.

A chapa “Unidade e Luta” é de continuidade também por serem as mesmas pessoas da direção passada, piorada agora, pela presença física dos professores do PT na direção.

A Corrente Proletária Docente/POR não conseguiu convencer os professores da necessidade de apresentar uma chapa de oposição a estes senhores do movimento sindical, organizando para o conjunto da categoria uma direção de luta direta para a conquista de suas reivindicações. Nesta situação, nos resta apenas defender a independência de classe dos trabalhadores apoiando O VOTO NULO PROGRAMÁTICO, em defesa da construção de uma alternativa de direção revolucionária para a Aduern.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA COM SOBERANIA DAS ASSEMBLEIAS!

TOTAL FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PELO ESTADO!

UNIÃO DOS TRABALHADORES CONTRA A BURGUESIA! CONTRA A DIVISÃO DO MOVIMENTO SINDICAL E ESTUDANTIL!

CORRENTE PROLETÁRIA/OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA (POR)

los “chefes”, nos passar uma miséria salarial que nem de longe é compatível com o lucro que damos ao patrão.

Aqui na fábrica constantemente somos tratados como máquinas de produzir. Temos de produzir, produzir e produzir! A ida ao banheiro é controlada, não podemos adoecer, mesmo sabendo que a maioria das doenças que adquirimos é fruto das péssimas condições de trabalho.

Trabalhamos em uma das indústrias têxteis que mais tem crescido nos últimos anos. O crescimento não se deu pela “competência” do patrão. O processo de exploração deu ao patrão uma acumulação de riqueza ao ponto da Guararapes ser a maior indústria de confecção nacional. Milhares de trabalhadores tiveram de abandonar suas famílias, seus estudos e até mesmo suas vidas para ter que trabalhar dias e dias seguidos, fazendo horas-extras até enquanto o patrão achasse que era necessário o nosso trabalho. E mesmo assim vivemos sob a constante ameaça de demissão.

É importante nos nossos locais de trabalho estarmos todos os dias discutindo o que fazer diante de tudo isso. Chega de só resmungar, reclamando todo dia. Temos de conversar entre nós sobre o que fazer. Como responder com luta aos baixos salários, às humilhações que sofremos, a superexploração. Só podemos contar com nós mesmos.

Transformar essa nossa revolta em luta organizada Nada de aceitar essa ideia que todos os dias nos colocam de que nós só temos que nos contentar com essa situação. Pelo contrário temos de mudar.

A direção do nosso sindicato tem de fazer assembleias para discutir nossos problemas. Tem que sentar à mesa de negocia-

Municipais SP

Balanço do XXII Congresso do Sinpeem

O 22º congresso do SINPEEM ocorreu no período de 25 a 28 de outubro. Participaram 4327 servidores, sendo uma pequena parcela de gestores e aposentados e a maioria de professores e funcionários do quadro de apoio.

A maioria dos delegados estava sob o controle da burocracia sindical.

Muitos vieram à procura de explicações sobre o ínfimo reajuste de 13%, acordado com a prefeitura no 1º semestre durante a campanha salarial e que até hoje não foi cumprido. A burocracia aproveitou para impor mais uma manobra. Usou o tempo de uma das plenárias para ficar dando explicações, justificando o não cumprimento do acordo pelo governo.

Para posar de democrático, ao invés de chamar os representantes dos partidos burgueses e da Secretaria da Educação, como fazia nos anos anteriores, organizou a abertura do congresso com representantes das entidades sindicais da CUT/CNTE, Conlutas e Intersindical e partidos de esquerda. Além de abrir um espaço para setores da Oposição, que compõem a diretoria, para organizar algumas palestras.

O presidente da CNTE compareceu para defender o PNE. Afirmou que o novo PNE representa a “superação das desigualdades sociais”. Um absurdo completo, pois as desigualdades são inerentes ao sistema capitalista. O diretor da Apeoesp falou da campanha pela implantação da lei do Piso Nacional, proposto pelo governo federal. Não disse nada sobre as greves dos professores pelo Piso e sobre a importância da unidade grevista para obrigar os governadores e prefeitos a cumprirem a Lei do Piso Nacional. O representante do PSTU, que falou pela Conlutas, fez um histórico do movimento pelos 10% do PIB e defendeu verbas públicas para a educação pública. O parlamentar Ivan Valente do PSOL, se colocou contra a privatização da educação infantil. Nem PSTU, nem PSOL se posi-

ção lembrando que deve sempre estar do nosso lado. Nada de acordo que só beneficia o patrão. Não aceitar amentira de que a indústria não tem dinheiro para melhorar nosso salário. É assim que o sindicato deve agir.

Temos de ter uma direção de luta

Não cair no conto do vigário!

O governo Dilma lançou um plano Brasil Maior, na tentativa de atender aos pedidos dos ricos (capitalistas). Uma das medidas é a desoneração da folha de pagamento para alguns setores, entre eles o têxtil e o de confecções.

O Boletim Nossa Classe mostra que o Plano do governo Dilma/PT nada tem a ver com os interesses da classe operária, só ajuda os patrões a não mais pagar o INSS. Para os trabalhadores significa a imposição de mais medidas contra as aposentadorias e pensões. Os capitalistas lucram rios de dinheiro e quando a crise econômica ameaça seus negócios correm atrás do governo, exigindo subsídios. Por isso, devemos defender nossas reivindicações e confiar em nossas forças. Nenhuma ilusão no patronato. Que os patrões continuem pagando o INSS!

Que os trabalhadores sejam isentos desse pagamento e que tenham direito a aposentadoria integral.

cionaram pela estatização de toda rede de ensino. Ficaram em torno da bandeira dos 10% do PIB. Como não se posicionaram pelo fim do sistema privado de ensino, houve uma unidade em torno dos 10% do PIB para a educação. A tal unidade só existiu porque é uma bandeira que permite todo tipo de cobrança legalista. Assim, os petistas insistiam nas famigeradas marchas e caravanas a Brasília. O PSTU, no plebiscito popular. O PSOL, nas emendas ao PNE do MEC. Resumindo: a tal campanha é limitada aos abaixo-assinados e às negociações no parlamento.

Regimento burocrático mantém o autoritarismo do presidente-parlamentar

Alguns delegados chegaram a pensar que o congresso desse ano fosse mais democrático, por conta dessa abertura. Mas, o autoritarismo do presidente logo foi retomado com a votação do regimento. Foram poucas as intervenções contrárias. A Corrente Proletária interveio defendendo a democracia no congresso. Propôs maior tempo para que os representantes de teses (emendas) pudessem expor suas ideias, o que significava redução de palestras com os intelectuais acadêmicos. O PSTU defendeu que aumentasse de 1 para 3 minutos o tempo dos delegados do plenário que quisessem propor emendas não contidas no caderno de teses. O burocrata do sindicato não permitiu a defesa das propostas, colocando-as em votação. Com esse método, o congresso esteve submetido ao controle burocrático pela maioria da direção, ligada à Corrente Compromisso e Luta.

Palestras acadêmicas afinadas com a política governamental

A primeira mesa de debates foi sobre o tema principal do congresso “Contrastes: o social, o cultural e o político na

educação". Os palestrantes acadêmicos foram Miguel Arroyo, Roberto Shinyashiki e Hamilton Werneck. Na essência, colocavam nas mãos dos professores a tarefa de resolver o fracasso escolar. Os pedagogos reformistas sempre defenderam que o professor tem como meta a "formação do cidadão crítico" e que tem os meios para isso, que são as "novas pedagogias inovadoras". O Sr. Roberto apelou para o demagógico trabalho exercido "com amor". Miguel Arroyo afirmou que o professor tem capacidade de fazer tudo na sala de aula, mesmo tendo as limitações salariais etc. Sequer mencionou a greve do magistério mineiro e a repressão violenta que sofreu.

Resumindo: todos fizeram coro com os governos em responsabilizar os professores pelo fracasso educacional. E aproveitaram o congresso para fazer propaganda dos seus livros, que combinam as ideias reformistas com a submissão da autoajuda.

Em 4 dias de congresso apenas 1 dia reservado ao debate dos trabalhadores

Dos 4 dias de congresso, a discussão política foi feita em 1 dia, sendo distribuída em 2 plenárias: pela manhã discutiu-se o tema Funcional e à tarde, do outro dia, o Educacional. Ainda assim não foram concluídos. O prejuízo foi grande para a categoria. Além das correntes políticas não poderem apresentar teses e serem limitadas a fazer remendos no "texto referência" da diretoria, novamente os temas da situação política, sindical e Plano de Lutas, não foram debatidos.

A direção, apesar de permitir que cada proponente apresentasse suas emendas de conjunto em 5 minutos, em contrapartida ficou 45 minutos explicando os trâmites do PL 332 na Câmara de Vereadores, que fala do reajuste salarial, proposto por Kassab/PSD. O presidente do sindicato/vereador procurou convencer o plenário a esperar a votação do Projeto Substitutivo, proposto por ele. Tudo indica que essa enrolação se arrastará por conta das disputas eleitorais. O problema para o caudilho do sindicato está em como desatar o nó da enrolação, sem permitir a luta da classe, e ainda, manter sua projeção como o melhor vereador/negociador com o governo.

Propôs que parte das regiões fizessem plantão na Câmara nos dias 08, 09 e 10/11 durante a votação. No final, acatou a proposta da Oposição de fazer uma assembleia, nesse intervalo, "se for necessário". Grande chance de não acontecerem, portanto.

Principais Polêmicas

No ponto Funcional, a maioria das emendas foi rejeitada. Sobre a que tratava sobre a reabertura das subseções, sequer se permitiu o debate, jogando para o futuro.

As emendas aprovadas foram sobre a ampliação do módulo de funcionários do quadro de apoio e contra a terceirização. Embora tenha havido resistência da direção, que insiste em esconder que têm aprofundado as terceirizações e privatizações nesse governo.

O que chamou a atenção foi a posição das correntes em relação à terceirização dos serviços e os contratos temporários implantados pelas empresas sem direitos trabalhistas. A Corrente Proletária se posicionou contrária às terceirizações e pela estabilidade a todos os trabalhadores. Combinou essa reivindicação com a defesa do salário mínimo e da escala móvel das

horas de trabalho. A diretoria/PPS alegou defender concurso público, que é uma bandeira histórica, e que a nossa bandeira é para o Socialismo. Ou seja, diante das contratações temporárias que são um fato, não há proposta de remendo a essa situação. Os trabalhadores que se submetam aos concursos excludentes. Se não passarem, que continuem trabalhando em condições precárias. O PSTU, ao defender o concurso público, portanto a exclusão dos precarizados, ainda afirmou que com a redução da jornada para 20 horas haverá emprego a todos.

No Educacional, a maioria das emendas foi incorporada ao texto guia, por proposta do caudilho, desde que fossem como aditivas, ou seja, que não excluíssem nada do "texto referência". Incorporou a bandeira dos 180 dias letivos; lutar pelo atendimento de 100% da demanda de creche e da população de 4 e 5 anos de idade. Portanto, a incorporação era um ato formal, porque não implica a luta por conquistá-la.

Só não incorporou emendas que eram diametralmente opostas às suas ideias. Chegou ao ponto de falar que o boicote às provas implicaria perder o "bônus".

A Corrente Proletária polemizou em torno das bandeiras: estatização do ensino sobre o controle dos trabalhadores e expropriação da rede privada; educação vinculada à produção social; fim do ensino de 9 anos. A direção procurou usar o mesmo argumento, de que são ideias para o socialismo e que precisa primeiro mudar a Constituição no país. O PPS tenta enganar os trabalhadores como se fosse possível mudar a lei através de seus parlamentares, para impor uma educação que impulsione o desenvolvimento das forças produtivas. Na questão do ensino de 9 anos, chegou a falar que ele trouxe mais empregos, quando na realidade foi uma medida que apenas transferiu um ano da educação infantil para o ensino fundamental, abarrotando ainda mais as salas de aula.

Na questão do piso salarial, a tendência O Trabalho defendeu a Lei do Piso do governo federal para o quadro de apoio, de R\$ 1.187,00 por 40 h semanais. A direção do sindicato demagogicamente foi contrária alegando defender o Piso do Dieese, que hoje está em R\$ 3.100,00. Dizemos demagogicamente porque reivindica pouco mais que 2 salários mínimos como piso imediato e não o do Dieese. A Corrente Proletária se posicionou pelo salário mínimo vital, mas a burocracia justificou que não cabia a defesa, pois já havia ocorrido quando da discussão da escala móvel de horas de trabalho, feita no dia anterior.

A fragilidade da Oposição

Mais uma vez ficou visível a fragilidade da Oposição. As correntes fizeram suas intervenções individuais. Não se empenharam por construir um bloco oposicionista nesse congresso. Propositadamente, não atenderam ao chamado da Corrente Proletária feito semanas antes para cumprir essa tarefa. Apos-taram na falsa unidade com a burocracia em torno da reivindicação dos 10% do PIB.

A Corrente Proletária não teve força suficiente para reunir os delegados descontentes com a política da burocracia sindical. A despolitização ainda é grande entre os delegados, fruto da política aparelhista e imobilista da burocracia sindical. A tarefa urgente é a formação de um pólo classista para intervir no seio da classe, nas assembleias e nos congressos. Daí a importância de fortalecer a Corrente Proletária.

PM cerca faculdade, prende e reprime estudantes na USP
PSol (direção do DCE e bate paus) assume papel de polícia em piquete contra estudantes

FORA A PM DO CAMPUS! **ABAIXO A REPRESSÃO!** **FIM DE TODOS OS PROCESSOS CONTRA** **ESTUDANTES E TRABALHADORES DA USP!**

No dia 27/10, a polícia militar entrou na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH) e abordou três estudantes que fumavam maconha. Tomaram-lhes os documentos e tentaram levá-los à delegacia. Um amplo movimento de centenas de estudantes da faculdade se formou, contra a presença da polícia na USP e para inviabilizar suas prisões. Rapidamente, várias viaturas com dezenas de policiais cercaram a faculdade para intimidar os estudantes. A diretora Sandra Nittrini passou a negociar com a polícia a entrega dos documentos dos acusados no prédio da administração da faculdade. Ela ameaçou os diretores do Sintusp presentes à manifestação, insinuando que ajudaria o reitor-interventor Rodas a demiti-los. Diretores do DCE (PSol) cercaram os estudantes e passaram a pressioná-los em favor da “negociação” com a polícia (como se policiais negociassem alguma coisa, de fato eles seguem ordens). Diante da negativa da massa de estudantes em abrir caminho para que se levassem presos os colegas, formou-se um grupo composto pela diretora e vice-diretor, dois professores, dois advogados e membros do DCE para levar os estudantes a uma sala do prédio da faculdade, a fim de “convencê-los” a irem à delegacia, e que assim nada lhes aconteceria. **O PSol montou um piquete com diretores do DCE e bate paus para impedir que os estudantes contrários à manobra se manifestassem junto aos estudantes ameaçados.** Assumiu a tarefa da polícia, que se dirigiu ao estacionamento da faculdade sob vaias e palavras de ordem.

Depois de muita pressão, os estudantes concordaram em ir à delegacia. **Os diretores do DCE, novamente no papel de polícia, conduziram os estudantes ao camburão da polícia.** Depois de conseguirem prender os estudantes, os policiais organizaram a repressão à manifestação de estudantes, com bombas, gás e tiros com balas de borracha. Os estudantes não se dispersaram e organizaram uma assembleia que decidiu ocupar o prédio da administração da faculdade, com a reivindicação central de fora a PM da USP e fim da repressão a estudantes e trabalhadores. A ocupação imediata da administração foi a medida encontrada pela assembleia para dar uma resposta coletiva ao ataque recém desfechado.

A assembleia rechaçou a direção do DCE, votando pela sua exclusão das comissões da ocupação. Também foram derrotadas as propostas distracionistas de Estatuinte e Fora Rodas.

Mais um passo da ofensiva privatista do reitor-interventor Rodas

A repressão que sofrem estudantes e trabalhadores na USP é parte da ofensiva privatista e elitista de Rodas. De um lado, os processos contra estudantes e funcionários são instrumento de intimidação dos movimentos que se opõem às suas políticas privatistas e elitizantes; de outro, a presença da polícia dentro da



Estudantes cercam PM para impedir que se levassem os colegas

universidade é um dos elementos de elitização da universidade, além do caráter coercitivo aos movimentos sociais. Há um setor dos estudantes que é ponto de apoio às políticas privatistas e elitizantes. Esses protofascistas também têm de ser combatidos com a força da mobilização. Nos últimos tempos, eles têm se achado, vão à imprensa etc. Quando a mobilização se impõe, escondem-se como ratos que são.

A luta contra a repressão só pode se fortalecer e derrotar o reitor-interventor e sua base fascistoide com mobilização. A mesma mobilização que se levanta pelas reivindicações mais sentidas dos estudantes deve empunhar a bandeira da luta contra a repressão. A luta contra a repressão deve estar ligada à defesa das reivindicações que se chocam com a política privatista e elitista de Rodas. O método para enfrentar a burocracia universitária autoritária é a ação direta: ocupações, manifestações, passeatas, trancaços, greve. O uso da ação direta por sua vez implica a organização dos estudantes ao redor da democracia estudantil, em especial das assembleias gerais. A assembleia é instrumento de mobilização, debate democrático das propostas, deliberação por maioria e ação coletiva. O reitor tem conseguido impor sua política privatista e elitista da USP porque não encontra resistência organizada e unitária do movimento estudantil e de professores e funcionários. A atual direção do DCE (PSol) tem aversão às assembleias, horror a movimento estudantil unificado, aversão a defender estudantes processados, alergia a um choque com estudantes de direita que apoiam a repressão e paixão pela conciliação com a burocracia autoritária. Assim, não convocam assembleias e atuam por cima, flutuando nas nuvens dos gabinetes empoeirados da burocracia autoritária, descolados de qualquer decisão das bases.



Piquete do PSol (diretores do DCE e bate paus) para garantir a pressão da diretoria sobre os acusados, para que se entregassem à polícia. Depois ainda escoltaram os estudantes até o camburão da polícia

Uma direção que se coloca ao lado e no papel da polícia contra estudantes deve ser expulsa do movimento estudantil

A atual direção do DCE cometeu o pior dos crimes no movimento: se colocou ao lado (e até mesmo no lugar) da polícia contra os estudantes que se mobilizavam contra a prisão de três colegas, e usou do expediente do bloqueio de bate paus e diretores do DCE para impedir que estudantes pudessem fazer frente às pressões da burocracia universitária sobre os acusados. Ou seja, protegeu a ação da burocracia de intimidação dos estudantes e favoreceu a ação da polícia, que tinha ordens de levar os estudantes para a delegacia a qualquer custo. Para concluir, os psolistas ainda conduziram os estudantes até o camburão, para ter certeza de que a entrega seria efetivada. Tudo isso, obviamente, sem que os mais de quinhentos estudantes presentes pudessem decidir nada.

Uma direção que comete esses crimes não pode continuar à frente da organização geral dos estudantes. Não pode inclusive sequer fazer parte do movimento estudantil. Cabe a convocação ampla de uma assembleia geral de estudantes da USP para expulsar quem agiu como agente da polícia contra os estudantes. Expulsar vai além da perda do mandato, torna os canalhas inelegíveis e os coloca fora do movimento.

Por isso, foi acertada a decisão da assembleia de impedir a participação dos traidores nas comissões da ocupação.

As tarefas do movimento estudantil na USP

A revolta de grande parte dos estudantes da FFLCH contra a presença da PM no campus foi um passo no sentido de romper com a paralisia imposta pela política da atual direção do DCE (PSol) ao movimento estudantil da USP. Essa paralisia tem suas raízes na eliminação da organização e democracia estudantil, na negação da tarefa elementar de convocar as assembleias de base para as decisões mais importantes, substituindo-as pelo burocrático e manipulado Conselho de Centros Acadêmicos (CCA), absolutamente controlado pela direção do DCE. Tem raízes na negativa da atual direção em combater a política privatista e elitista de Rodas, isolando os movimentos que explodem contra ela, como aconteceu na EACH, em Lorena e no Direito.

Enquanto os estudantes no mundo protagonizam mobilizações multitudinárias, e no Brasil ocorrem várias ocupações de reitorias contra as políticas educacionais oficialistas, na USP o movimento estudantil está no fundo do poço.



Assembleia estudantil (acima) deliberou a ocupação da administração da FFLCH (abaixo), que ocorreu em seguida.

Foi preciso a polícia desfechar um brutal ataque para que os estudantes fossem empurrados à luta. O mesmo aconteceu em 2009.

O movimento estudantil na USP já protagonizou mobilizações históricas, à revelia das direções. É preciso retomar essa tradição.

O caminho é erguer um forte movimento, unitário, centralizado, de combate à repressão e às políticas privatistas de Rodas, de defesa do método da ação direta e da democracia estudantil. Essa é a linha para retomar a trajetória de luta, abortada pelos traidores do PSol.

O combate às políticas privatistas colocará a necessidade de unidade entre os que estudam e trabalham, e entre estes e os explorados contra os exploradores e seus governos. Será na luta que se perceberá a necessidade de avançar rumo à real autonomia universitária, que não é neutra e sim de confronto com a burguesia e seus governos. E que só pode se concretizar com a soberania da assembleia geral universitária, que constituirá um governo tripartite destruindo as atuais estruturas de poder da burocracia autoritária.

A mobilização de defesa do ensino público colocará para os estudantes a necessidade de defender o conjunto da juventude, e as bandeiras de ensino público e gratuito a todos em todos os níveis levará à conclusão de que é preciso estatizar sem indenização toda a rede privada de ensino, que enquanto existir implicará a exclusão de parte da juventude à educação.

O programa de defesa do ensino público e gratuito se mostra parte do programa revolucionário de destruição do capitalismo e construção do socialismo, parte do programa da revolução proletária. Para realizar plenamente as tarefas a que se coloca, inclusive as mais imediatas e elementares, o movimento estudantil tem de se erguer sobre a base da política proletária, o que implica constituir uma nova direção que encarne esse programa em sua prática.

Burocracia petista faz prevalecer seu método entre os professores

Seria mais fácil concordar com a ideia de que a Campanha Salarial de 2011 foi derrotada. Isso se houvesse sido desenvolvida a luta ao longo do primeiro e segundo semestres. Mas isso não ocorreu.

A corrente Articulação/PT colaborou com o governo do início ao fim do ano. O resultado não poderia ser outro: a Secretaria de Educação aplicou sua política integralmente. Sem resistência. A última assembleia de 21 de outubro evidenciou essa realidade de forma incontestável.

No primeiro semestre, a primeira assembleia foi marcada apenas para abril, quando a data-base da categoria era março. Outra assembleia no mês, sem divulgação, resultou em esvaziamento do movimento. Dois interesses se combinavam: o primeiro, da própria burocracia, que visualizava as eleições de junho e não queria qualquer desgaste com alguma parcela dos professores; o segundo, do governo, que acenou com discussões “democráticas” para mudança no plano de carreira. A burocracia petista alimentou as ilusões de que as negociações entre sindicato e governo se realizariam e deixou de lado a campanha no primeiro semestre. Desmarcou a assembleia de maio e gastou o dinheiro dos filiados em uma rica campanha eleitoral, que deu vitória ao PT, por mais três anos.

No segundo semestre, além dos problemas existentes (destruição de direitos, arrocho salarial, legislação que precariza a condição dos contratados, etc.), foram acrescentadas mais duas questões: a reforma do ensino médio e a divisão das férias. A assembleia de setembro tinha como tarefa organizar um plano de lutas, um calendário de mobilização, organizar as paralisações e visitas às escolas. Entretanto a burocracia já havia fechado com o governo as reuniões de “negociação”.

O golpe foi dado no dia 02/09: a proposta de nova paralisação para dia 07 de outubro foi rechaçada pela burocracia, embora tenha saído vitoriosa entre os professores que compareceram à assembleia.

Dois meses de negociação e o governo fritou os burocratas do jeito que quis. Agora a presidente do sindicato faz bravata com a categoria, indicando que o “ano não iniciará” se o governo não retirar

a resolução que parcela as férias de 30 dias em dois períodos. Nada de luta contra a demissão dos contratados, nada de luta por reajuste salarial, nada de resistência aos ataques aos direitos ligados à carreira docente. Condições de trabalho continuam estafantes e os professores enfrentam a situação em duas, três escolas.

A nova assembleia foi marcada ironicamente para o dia 25 de novembro, um mês antes do natal e uma semana antes da entrega das notas finais. Será o enterro oficial da Campanha desse ano. Não foi derrotada, no entanto, pelo governo; foi destruída pelos pelegos que dirigem o sindicato e colaboram com a Secretaria de Educação.

Enquanto colabora com o governo, amplia a burocratização do sindicato

Paralela à política colaboracionista, vem sendo desfechada uma série de ataques à democracia sindical desde 2010. Depois de ter mutilado a proporcionalidade na composição da Diretoria, permitindo apenas que a própria Articulação tenha a maioria dos cargos políticos, agora vem com o ataque mais direto às subseções da oposição. Já foi anunciado que serão cortados os recursos das subseções que não se adequam ao estatuto da entidade. Entre as proibições está a de utilizar qualquer outro nome nos materiais que não seja o da APEOESP, ainda que a burocracia, sabemos, utiliza-o com o objetivo de divulgar a chapa 1, do PT/PCdoB.

Desmarcado do dia 22 de outubro e remarcado para o dia 19 de novembro, deve ocorrer um “Encontro de subseções”. O objetivo é controlar com mãos de ferro as subseções (mais de 90 no Estado), impondo uma política de cima para baixo.

A burocracia aburguesada age como o governo. Resgatar o sindicato para a luta é a tarefa de todos os que se reivindicam da oposição. As debilidades dos dois maiores grupos de oposição: PSOL e PSTU dificulta essa tarefa. A Corrente Proletária/POR atua para vencer esses obstáculos e forjar uma fração revolucionária que empunhe o programa e as reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores, combina para isso a defesa intransigente dos métodos da ação direta, os quais se opõem diametralmente aos métodos da burocracia corrompida.



Convite

Plenária e discussão

DATA: 29/10 (Sábado)
HORA: 09:00h
LOCAL: R. Prof. Zuza - nº 98 (Px. a Pague Menos da Rio Branco)

Debate:
A Crise Estrutural do Capitalismo e suas repercussões na Educação
Lançamento da Revista Proletária da Educação



Sábado, 05 de novembro, 14h – FACED/UFBA



Nesta edição:

- Imperialismo assassino de Muamar Kadafi
- O significado da execução de Muamar Kadafi
- Reelection kirchnerista e um quarto mandato em meio à crise preñhe de contradições e convulsões
- Bolívia: A mobilização indígena e popular derrota do governo

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Imperialismo assassino de Muamar Kadafi Fora a Otan da Líbia!

A morte de Kadafi ainda está cercada de imprecisões. Mas tudo indica que tenha sido capturado e executado por um comando rebelde. A Otan está envolvida nos acontecimentos em Sirte que puseram fim à vida do homem que projetou a Líbia nacionalista e que aspirou unificar o povo árabe sob a bandeira do pan-arabismo de Gamal Abdel Nasser. Os jornais dizem que a população em Trípoli e outras cidades saíram às ruas em comemoração à supressão física do ditador. As massas oprimidas não podem compreender o significado histórico da intervenção dos carneiros do mundo na Líbia. O assassinato de Kadafi põe fim apenas a um regime político esgotado. Sob o domínio das potências, não haverá nenhuma transformação democrática, econômica e social progressiva.

O governo autocrático estava derrotado. Não havia como as forças governamentais resistirem desde Sirte. No momento em que a oposição tomou a capital do país, tornou-se evidente que a capacidade militar e social do regime de rechaçar os rebeldes não existia. Kadafi chegou perto de sufocar o levante de Benghazi em março. A intervenção do imperialismo foi decisiva para que a situação se revertesse. Sustentada pelas armas das potências, a oposição se organizou, se potenciou militarmente, ganhou apoio social e expulsou o clã de Kadafi do poder.

Assim que Kadafi foi taxativo em não acatar o ultimato dos Estados Unidos, Inglaterra e França de entregar o governo sem impor condições, o imperialismo tomou a decisão de derubá-lo. A oposição demonstrou ser incapaz de cumprir esse objetivo com suas próprias forças. Mas o levante de Benghazi indicou que o regime kadafista estava extenuado para o povo líbio. A guerra civil que recém iniciou com o levante de fevereiro e a impossibilidade da oposição vencer abriu caminho para as potências se livrarem de um regime que no passado lhes fora hostil. Havia, portanto, chegado a hora de um ajuste de contas.

Eis por que nenhuma das manobras de Kadafi para se chegar a uma solução negociada foi aceita. Ou se entregaria para ser julgado pelo Tribunal Penal Internacional – uma organização das potências voltada a julgar aqueles que descumprem ordens imperiais –, ou cairia sob o fogo da Otan e

da oposição.

Nos bombardeios a Trípoli, procurou-se liquidar Kadafi e sua família. Volta e meia, autoridades de governo e da Otan declararam que não era seu objetivo matar Kadafi. O que equivalia ao contrário. Os agentes do imperialismo sabiam que aquele homem não deixaria o poder a não ser morto.

O lugar de Kadafi na história da Líbia e nos conflitos com as potências em seu percurso nacionalista lhe reservou esse destino. Não era um Zine el Abдини Ben Ali tuniziano, ou um Mubarak egípcio. Foi talhado nas lutas políticas internas à Líbia, aos países árabes e diante do imperialismo, que agiu pesadamente para evitar o progresso do pan-arabismo.

Em sua biografia, não consta que tenha sido marionete das potências, mesmo a partir dos anos 90, quando fez a virada de adaptação aos interesses do imperialismo, após fracassarem suas aspirações de se tornar o líder nacionalista dos árabes.

A derrubada da monarquia do rei Idris I em 1969, cujo instrumento foi o movimento clandestino de Oficiais Unionistas Livres, organizado pelo então coronel Kadafi no seio das Forças Armadas, arrancou a Líbia do controle imperialista. A nacionalização do petróleo, algumas reformas na agricultura e uma certa modernização capitalista se deram sob o novo regime. É incontestável que os avanços ocorreram sob o governo pessoal autoritário. A República Árabe Socialista Popular, concebida em 1979, depois de ter formado o Congresso Geral do Povo, em 1977, não passou de uma fachada com um nome pomposo para sedimentar o regime autocrático do capitalismo atrasado e semicolonial na Líbia.

As condições internacionais – e particularmente no Norte da África e Oriente Médio – permitiram que Kadafi até 1992 tivesse um considerável espaço de manobra para o seu nacionalismo islâmico (profundamente anticomunista). Tomou posição ativa contra a implantação do Estado sionista de Israel, interveio no Chade contrapondo-se à presença francesa e apoiou atentados terroristas.

Essas ações intensificaram os atritos com as potências, ao ponto dos Estados Unidos bombardearem o país em 1986. Essa medida de força do governo norte-americano demarcou a possibilidade de uma invasão imperialista à Líbia para pôr fim ao

ciclo nacionalista de Kadafi. O que veio a ocorrer agora.

A desintegração do movimento nasserista do pan-arabismo resultou em maior estilhaçamento dos países árabes, implantação de regimes pró-imperialistas, fortalecimento do expansionismo sionista no território palestino e isolamento do nacionalismo líbio. A virada do Egito – pátria do pan-arabismo – sob o governo de Anuar Sadat para a convivência pacífica com o Estado sionista e para uma política de servilismo à Casa Branca desmoronou definitivamente os esforços unionistas de Kadafi. Por um período se aproximou da arquinimiga União Soviética. Aspirava fortalecer-se com armamentismo. Chegou a iniciar um projeto nuclear com apoio da burocracia russa. Não obstante, o processo de restauração capitalista na União Soviética iria pôr fim à única alternativa que restava a Kadafi.

Solitário, premido por forças internas e externas, o ditador se viu na contingência de engavetar definitivamente a bandeira do nacionalismo árabe-islâmico. Renegou as ações terroristas, desmontou o programa nuclear, abriu o negócio do petróleo às multinacionais e passou a usar as reservas financeiras do país em negociações externas. Em 2003, a Líbia gozava de relações plenas com a União Européia e, em 2006, se encontrava de cabeça baixa perante os Estados Unidos.

Mas Kadafi conservou o poder do Estado fora da ingerência direta do imperialismo. Admitiu as transações impostas pelas potências e se prostituiu nas malhas do capital parasitário, sem contudo aceitar que os agentes do imperialismo ditasse a sua política. Apesar de ter feito concessões às multinacionais e aos governos imperialistas – como o acordo de bloquear a passagem de imigrantes africanos para a Europa – não desfez a desconfiança dos colonizadores.

A enorme crise revolucionária que eclodiu na Tunísia e que se manifestou no Egito, Iemen e outros países árabes também arrastou a Líbia. O imperialismo e parte das forças dos antigos regimes já haviam conseguido canalizar a fúria das massas, evitando a sua queda integral e a formação de governos fora de controle. Abortaram-se, assim, as revoluções democráticas. O fato de na Líbia os acontecimentos tomarem o curso da guer-

ra civil permitiu que o imperialismo fizesse o ajuste de contas final com o seu desafeto e abrisse caminho para se constituir um governo títere. O Conselho Nacional de Transição cumpre esse papel, embora haja lutas internas para a definição do novo regime político.

O governo foi derrubado e Muamar Kadafi foi assassinado pela parafernália militar do imperialismo. Obama, Cameron e Sarkozy, representantes da burguesia carniceira dos povos semicoloniais, dizem que os líbios se livraram de um ditador e que doravante poderão caminhar livremente para a democracia. Nada mais falso. A liberdade e a democracia que o imperialismo oferece aos países subjugados são as do capital saqueador.

O Partido Operário Revolucionário se contrapôs terminantemente à intervenção da Otan e defendeu a autodeterminação da Líbia. Condenou a aliança da oposição de Benghazi com o imperialismo. Opôs-se à derrubada do governo pelas forças coligadas ao imperialismo. E agora denuncia à classe operária, aos demais explorados e à juventude o assassinato de Muamar Kadafi.

O capitalismo imperialista está imerso em uma crise econômica. Não demorará para o povo líbio e as massas mundiais descobrirem os reais objetivos dos Estados Unidos e seus aliados europeus de terem se lançado contra o Afeganistão, Iraque e Líbia. Nada tem a ver com a democracia ou com a paz. Tem a ver com a dominação do capital internacional.

Os povos oprimidos e as massas exploradas estão acumulando experiências por meio desses profundos choques protagonizados pela intervenção imperialista. Delas florescerá uma nova geração de revolucionários. O programa que impulsionará as forças progressivas da humanidade é o da revolução proletária. Revolução e contrarrevolução se confrontarão cada vez mais na situação de desintegração do imperialismo. O POR levanta a bandeira de construção do partido mundial da revolução socialista, que tem por base o Programa de Transição da IV Internacional.

**Fora o imperialismo da Líbia!
Voltar as armas contra a OTAN!**

O significado da execução de Muamar Kadafi

Os noticiários não deixam mais dúvidas de que um comboio que saía de Sirte foi bombardeado pela OTAN. Nele se encontrava Kadafi, que se refugiou em um duto, foi descoberto pelos opositores e executado. O fato ganhou maior repercussão ao divulgar as cenas de espancamento do ex-todo poderoso líder líbio. O seu filho Moutassin teve a mesmo destino. Os franceses responsáveis pela operação de bombardeio ao comboio disseram que não sabiam que Kadafi era um dos seus integrantes.

Barack Obama comemorou o fim do ditador. David Cameron, primeiro ministro da Inglaterra, lembrou de todas as vítimas de Kadafi. Nicolas Sarkozy e Angela Merkel viram na sua morte a liberação do caminho para a paz. Mahmoud Jibril, primeiro ministro do Conselho Nacional de Transição, declarou que preferia Kadafi vivo, mas uma vez morto, era o que há muito se esperava. Nabil al-Arab, secretário-geral da Liga Árabe, exortou os líbios a esquecer as feridas do passado e encontrar a unidade e a paz. O secretário-geral da OTAN, Anders

Fogh Rasmussen, aconselhou o CNT procurar a reconciliação com as forças pró-Kadafi.

O governo russo mostrou-se preocupado com a forma da morte de Kadafi. Hugo Chávez denunciou a morte de Kadafi como um assassinato escandaloso. Dilma Rousseff disse que a morte não se comemora.

Passado o momento da morte e das declarações, levantou-se o problema da forma de execução de Kadafi, que passou por um momento de tortura nas mãos dos rebeldes. A Anistia Internacional pediu uma autópsia supervisionada para esclarecer a causa da morte. A ONU acha que deve ser feita uma investigação sobre o acontecido. Obama “concordou” com a ONU. As potências e as instituições que apoiaram a intervenção na Líbia querem lavar as mãos, como Pilatos. Não lhes cai bem se associarem às imagens dos rebeldes furiosos massacrando Kadafi. É de bom tom a bandeira de julgamento no Tribunal Internacional. Lembremos o caso de Saddam Hussein preso como um rato, levado ao Tribunal constituído pelo go-

verno títere e enforcado. Evidentemente, a tal da “Comunidade Internacional” fará de tudo para se desembaraçar da execução de Kadafi, apresentada como bárbara.

O CNT expressa de maneira mais ou menos fiel as manobras do imperialismo. Jibril deu a tônica civilizatória ocidental de que o objetivo era capturar Kadafi e julgar os crimes da ditadura. Mas já que estava morto, foi um alívio. O CNT não aceitou a autópsia. Nele se digladiaram as posições se se deveria ou não entregar o cadáver para a família e dar-lhe um sepultura conhecida. Os líbios em Misrata puderam confirmar com seus próprios olhos a morte do temido autocrata exposto numa câmara frigorífica.

As potências já haviam mostrado o temor do armamento de jovens ativistas que afluíram ao movimento de oposição. Anunciaram a necessidade de desarmá-los ou incluí-los na nova polícia e no novo exército que serão constituídos. As armas, o dinheiro e a assessoria militar à Oposição foram decisivos para destruir o regime de Kadafi, expulsá-lo de Trípoli e, finalmente, liquidá-lo fisicamente em Sirte. O episódio de seu assassinato, na forma de uma execução imediata, raivosa e desordenada, já está sendo usado pelo imperialismo para pressionar o CNT a institucionalizar o fim do velho regime na forma de um novo governo talhado segundo os preceitos da ditadura de classe da burguesia, que tenha alguns traços de semelhança com as democracias capitalistas semicoloniais. O que não parece ser fácil, num País ainda marcado por divisões tribais e pela forte presença do islamismo.

A derrubada do regime de Kadafi, o qual boa parte de seus 42 anos foi caracterizada pelo nacionalismo pan-arábico, se deu por uma combinação sui-generis de revolta de parte da população do oeste da Líbia com a intervenção imperialista. Houve uma aliança de setores burgueses e pequeno-burgueses, que formaram o CNT, com as potências, escoradas na ONU. Ninguém pode contestar que a vitória da Oposição somente foi possível por meio dessa aliança. Se não houvesse o intenso bombardeio aéreo sobre as forças kadafistas, o regime estaria em pé e Kadafi responsabilizado por massacres. Ainda é desconhecido quantos civis e combatentes morreram sobre o fogo da OTAN.

A morte de Kadafi era altamente provável. Uma vez que decidiu resistir em Sirte com uma força debilitada e isolada, a maior probabilidade não era a de se chegar a um acordo entre derrotados e vencedores. De recuo em recuo, depois que os bambadeios da OTAN desarticularam o exército e suas milícias, Kadafi e seu clã foram sendo encurralados. Parece que o déspota alimentou até o último momento a ilusão numa ação das potências que resultasse em uma solução negociada. Lembremos que no início Kadafi apostou no temor do imperialismo de que a Al-Qaeda pudesse estar influenciando o levante de Benghazi. Tentou, posteriormente, convencer os Estados Unidos e a Europa a não intervirem em troca de uma abertura política. Procurou mediações, mas todas fracassaram.

O melhor para o CNT era a supressão física de Kadafi. Nos bombadeios, a OTAN não descartou a possibilidade de liquidá-lo, embora declarasse não ser essa a intenção. Certamente, Kadafi vivo e colocado à disposição do Tribunal Internacional poderia ser um troféu e uma moeda de troca perante o novo governo. São algumas hipóteses que nos ajudam a compreen-

der toda extensão da morte de Kadafi.

O imperialismo pode fazer o que for para se desresponsabilizar dos acontecimentos que levaram à sua execução. Não obstante, não há como ludibriar a história. O ódio dos combatentes ao déspota sanguinário, os nervos envenenados e as mãos sanguinolentas que se descarregaram sobre o seu corpo e puseram fim à sua existência expressaram as forças concentradas da guerra civil desencadeada a partir de um simples protesto pacífico em Benghazi e duramente reprimido pelos kadafistas. No entanto, por cima dessas forças estavam e estão as potências. Está aí por que o regime foi derrubado e Kadafi, morto. Está aí por que as potências não têm como separar sua ação colonialista da morte do ex-coronel que derrubou a monarquia do rei Idris I em 1969, expulsou o imperialismo da Líbia, nacionalizou o petróleo e levantou a bandeira do nacionalismo pan-arábico.

Não se trata de condenar o ódio dos líbios que travaram os combates à morte contra o regime despótico, nem a forma bárbara do linchamento, mas sim o intervencionismo imperialista. Eis por que é fundamental responsabilizar as potências pelos acontecimentos e levantar a bandeira expulsão do imperialismo e autodeterminação da Líbia.

As esquerdas diante da morte de Kadafi

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) denunciou o imperialismo e estima que Kadafi morreu combatendo com dignidade e coerência. Resume a sua biografia a três momentos: o Kadafi revolucionário, o decaído perante imperialismo e o reabilitado. O Partido da Causa Operária (PCO) tem na morte de Kadafi o fim do nacionalismo árabe do século XX. Praticamente, limita-se, no seu comunicado, a descrever a biografia de Kadafi e o conflito que levou à derrocada do regime. Mas conclui que foi liquidado pelo imperialismo. Não faz propriamente um manifesto de denúncia. O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) saudou a morte de Kadafi como um possível alento à Primavera Árabe. Comparou a execução de Kadafi pelos rebeldes com o linchamento do cadáver de Mussolini na Itália após a derrota do nazifascismo, pela população. Considera que o desaparecimento de Kadafi abre novas perspectivas para as massas líbias. Enfim, os morenistas comemoraram a execução de Muamar Kadafi.

O PCB faz a apologia de um estadista que ao decidir morrer lutando recuperou sua história de revolucionário antiimperialista e por isso será sempre um herói para os líbios e milhões de mulçumanos. Essa versão está de acordo com a defesa que o PCB fez de Kadafi contra o levante inicial de Benghazi. É a mesma de Hugo Chávez e irmãos Castros. Já o PSTU, tem a morte de Kadafi como resultado de uma revolução democrática. Deve, portanto, ser saudada como a demolição do último obstáculo para a liberação do povo líbio. Rejeitamos ambas posições.

Não se trata de inventar um Kadafi reabilitado. O imperialismo interveio com facilidade e articulou uma aliança com a oposição devido ao esgotamento do regime autocrático, corrompido e prostituído pelo capital internacional. E a oposição que partiu do oeste para o leste pôde se valer da aliança com o imperialismo para derrubar Kadafi porque as massas líbias já não suportavam o governo que desperdiçava a renda do petróleo, que favorecia certos clãs, que formou uma corte e que

passou a ser um obstáculo às necessidades dos explorados.

Já a posição do PSTU é estúpida. Chega ao absurdo de comparar Kadafi com Mussolini. Ignora completamente que a derrubada do regime se deu sob as condições impostas pelas potências e desvincula a morte de Kadafi da intervenção forânea. Não por acaso, os interventores comemoraram o fim de Kadafi como a conclusão do conflito armado, da vitória segura da oposição, da possibilidade de uma transição democrática e de reunificação nacional. Os morenistas comemoraram como a possibilidade de uma suposta revolução se voltar contra o imperialismo, já que parte da população está armada.

Trata-se, porém, de uma hipótese improvável. Não há uma direção revolucionária, proletária, marxista-leninista-trotskista. As dissensões internas ao CNT, tudo indica, limitam-se a facções burguesas e pequeno-burguesas, marcadas pelas relações de clãs e pelo islamismo. O imperialismo não será excluído do processo de formação do novo regime. O desarmamento dos rebeldes é questão de tempo. Assim que se estruturar o governo do CNT, com sua polícia, virá a repressão aos recalcitrantes. Não parece que será fácil, mas esse é o curso estabelecido pela presença da troica Estados Unidos, Inglaterra e França na Líbia. O controle das riquezas petrolíferas foi uma das primeiras medidas ditadas pelas potências. Os recursos do país represados no exterior jogaram um importante papel para derrotar Kadafi e agora servirão para organizar as forças do CNT mais confiáveis aos colonialistas.

O PSTU cometeu o erro fundamental de separar a guerra civil da intervenção imperialista. Desconheceu o princípio da autodeterminação das nações oprimidas. Considerou a possibilidade de uma revolução democrática, mesmo sob os bombardeios da Otan às forças de Kadafi. E acabou comemorando a morte do autocrata como sendo um mal necessário para o avanço de uma revolução subjetivamente concebida.

Ao contrário, o POR atribui a morte de Kadafi ao imperialismo. Não importa o juízo moral que envolve sua liquidação. O imperialismo o fez na voz do premiê inglês David Cameron, que disse ser a hora de lembrar as vítimas da ditadura kadafista. Assim pensam os maiores carniceiros do mundo, que livremente bombardearam o governo de Kadafi e cidades como

Trípoli. Mas se fosse o caso de levantar os crimes da ditadura kadafista, lembraríamos os acordos secretos, que agora vieram à luz, entre as agências de espionagem britânicas e norte-americanas com o regime de Kadafi, que resultaram em tortura e morte de prisioneiros considerados terroristas. O governo trabalhista de Tony Blair reprimiu exilados líbios opositores como parte dessa colaboração.

Também não se trata de denunciar o fim de Kadafi como a morte de um destemido lutador que se redimiu das posições entreguistas e reacionárias do passado recente. Essa farsa cabe ao estalinismo, chavismo e castrismo.

Os marxistas tomam a morte de Kadafi como expressão da intervenção imperialista e violação da autodeterminação da Líbia. Poderia ser qualquer outro governo ditatorial, sem o passado nacionalista de Kadafi. É necessário se opor que forças externas o derrubem e o liquidem. É parte do programa revolucionário a defesa da autodeterminação dos povos.

CNT oculta a sepultura de Kadafi

Desta vez não funcionou o preceito do Islã para o enterro mulçumano. O cadáver ficou vários dias exposto numa câmara frigorífica para visitação.

Não se pensou apenas na necessidade de convencer a população do inacreditável fim tão humilhante de um homem profundamente ligado à história moderna da Líbia e que exerceu por 42 anos um regime centralizador e despótico. Ocorre que também houve uma discórdia no seio do CNT se Kadafi deveria ser entregue a seus parentes e assim ter um sepultamento público em Sirte, lugar onde deixou expresso em testamento o seu desejo; ou se deveria ter uma cova oculta.

Esse episódio nos trouxe à memória o corpo de Osama bin Laden jogado ao mar pelos Estados Unidos, com o intuito de evitar futuras peregrinações que lembrariam o assassinato praticado pelo imperialismo. A mesma decisão acabou sendo tomada pelo CNT.

Kadafi não foi ao mar, mas ao deserto. Apenas dois coveiros sabem o local da sepultura. Foram obrigados a jurar perante o Alcorão que jamais revelarão o segredo de Estado. Assim, nasce o novo governo do CNT.

Argentina: eleições gerais 2011

Reeleição kirchnerista e um quarto mandato em meio à crise prenhe de contradições e convulsões

Não houve surpresas. As eleições gerais terminaram com uma esmagadora vitória kirchnerista sobre as frações opositoras burguesas, as frentes-populares e a Frente de Esquerda dos Trabalhadores.

A vitória kirchnerista estava cantada desde as primárias de 14 de agosto. Ninguém duvidava de que se manteria no governo. Restava transitar o período de campanhas assistindo ao rearme eleitoral da oposição com vistas à disputa por cargos no parlamento.

O comparecimento às urnas foi massivo, dando conta da vigência das ilusões democráticas. Cristina Kirchner, da Frente para a Vitória (FpV) obteve 54%. Por seu lado, as diversas variantes da oposição burguesa, juntas, não chegaram a 45%:

Binner (Frente Ampla Popular), 16,90%; Raúl Alfonsín (UCR) 11,15%; Rodríguez Saá (Corrente Federal), 7,95%; Duhalde (Peronismo Federal), 5,80%; e Elisa Carrió (Coalizão Cívica), 1,85%. A fórmula de Jorge Altamira (PO)-Christian Castillo (PTS), da FIT, obteve somente 2,3%. Os votos brancos somaram 3%, os nulos 0,9% e impugnados 0,1%.

Dos resultados se podem extrair algumas rápidas, porém importantes conclusões.

O kirchnerismo saiu fortalecido e com o apoio dos partidos e listas aliadas tinha a possibilidade muito clara de conquistar a maioria parlamentar. O que suporá governar e legislar sem ter uma oposição forte que lhe impeça de aprovar o pacote de medidas que vem preparando frente à crise.

Um segundo aspecto é que a reeleição kirchnerista foi possível por vários fatores econômicos, sociais e políticos. Por um lado, a concentração dos recursos estatais e de gigantescos recursos financeiros lhe permitiu criar uma rede de partidos, listas afins e movimentos sociais que sobrevivem de subsídios estatais ou usufruem de suas arcas. Forjando assim uma estrutura clientelar que lhe outorga um claro controle sobre os bolsões eleitorais mais importantes, que são também os mais empobrecidos. Porém, principalmente porque se converteu no canal das frações da burguesia de maior peso ao garantir seus negócios suculentos e todo tipo de manobras especulativas.

Foi graças à imensa massa de recursos herdados do período de crescimento econômico anterior, que teve a possibilidade tanto de garantir os lucrativos negócios monopolistas como de atenuar os conflitos sociais outorgando as migalhas do banquete capitalista. Por isso o kirchnerismo conseguiu aposentar mais de dois milhões de trabalhadores que não estavam em condições de se aposentar e impôs o reajuste de suas remunerações a cada seis meses. Outorgou subsídios a setores muito empobrecidos e manteve as negociações paritárias. Realizou algumas obras públicas necessárias para os setores populares. Manteve congeladas as tarifas de serviços (graças a milionários subsídios às empresas). E aumentou a capacidade de consumo de uma parcela importante da classe média e certas camadas operárias.

Porém, com o correr dos meses, a crise golpeará o país e corroerá a base econômica sobre a qual construiu sua populari-

dade. É muito provável que o apoio expresso nas urnas se desgaste na medida em que se estreitem as margens da economia, impossibilitando de seguir com a política de dar concessões às massas. O governo se verá obrigado a atacar seus direitos e suas mais elementares conquistas para sustentar a rentabilidade capitalista em meio à crise. A burocracia sindical, sua fiel aliada, terá cada vez mais dificuldades para cumprir seus mandatos e se exporá a chocar com suas bases.

Manifestar-se-ão assim, com toda sua agudeza, as tendências fundamentais da crise capitalista de saquear o país e destruir forças produtivas, principalmente a força de trabalho. As contradições que se acumularam na esfera da economia explodirão na da política. Suas consequências colocarão as massas ante a necessidade de readequar suas táticas e métodos de luta para responder com seu próprio programa à política capitalista de descarregá-la sobre seus ombros. O que as levará a se chocar com os limites políticos de um governo que defenderá a burguesia a sangue e fogo quando for necessário.

É nesse processo que deverá se temperar a vanguarda política do proletariado trabalhando incansavelmente para traduzir as lutas defensivas na luta política de classe contra classe.

Os explorados não terão que partir do zero. Essa direção e esse programa existem, ainda em forma embrionária, na seção argentina do Partido Operário Revolucionário. Em direção a ele devem dirigir-se os elementos mais ativos, decididos e conscientes dos explorados para preparar suas futuras vitórias.

Bolívia:

A mobilização indígena e popular derrota o governo

A mobilização indígena em defesa do TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure) não se dá como um raio em um céu azul, como um fato isolado e fora do processo social que vem ocorrendo. Devemos considerá-la como parte integrante dele. Que já vinha germinando lentamente há muito tempo (às vezes de maneira contraditória com avanços e retrocessos) no contexto da emancipação política das massas. Impulsiona-as poderosamente para frente. A mobilização se iniciou há dois meses na capital de Beni e o seu melhor impulso foi a maliciosa campanha do governo e a violenta agressão de que foi vítima.

Como entender esse fenômeno? Como é possível que a intensa campanha não colocasse o país contra a marcha? O governo afirmava que a mobilização indígena foi financiada pela Embaixada dos Estados Unidos e pela USAID, pelas ONGs, pela odiada Meia Lua (refere-se ao setor de direita que controla a região produtora de combustíveis do país), disse que Sanchez de Lozada e Reyes Villa os manejam desde os Estados Unidos para desacreditar e derrotar o governo. Fez uma feroz campanha para desacreditar seus dirigentes e fraturar a unidade indígena com acusações de que as lideranças estavam negociando às costas de seus povos com os madeireiros, e assim por diante.

Nenhuma parte desta sórdida campanha foi abraçada pela população e a unidade da marcha se manteve. Ao contrário, serviu como combustível para atizar o fogo da agitação social. Está confirmando o fato de que as massas superaram a ilusão de que tinham inicialmente no governo. No meio deste pro-

cesso, essa ilusão superada também se manifesta no impressionante número de votos brancos e nulos nas eleições para o judiciário.

Logo no início, observamos que o destino da mobilização indígena dependia da mobilização nacional e do processo social subsequente, o que se confirmou plenamente.

A marcha resistiu à repressão em Yucumo (fato que teve grande importância subjetiva para aprofundar a agitação social imperante), enfrentando grandes sacrifícios, com mulheres grávidas e crianças famintas. Foi ganhando uma a uma das populações de assentados (interculturais) pelo caminho. Chegou a La Paz como um símbolo que encarna não apenas a luta pelo direito à vida, mas a defesa dos recursos naturais contra o imperialismo e as empresas privadas nacionais.

Chegou a La Paz em estado de comoção emocional e com uma bandeira política claramente antiimperialista, anticapitalista e antigovernista. Este componente político é inicialmente combatido pelos setores de direita, pelos ambientalistas e pelas próprias lideranças indígenas, que persistentemente se opõem à “politização” do movimento.

A mobilização massiva em La Paz desmascara a manifestação governista realizada dois dias antes para neutralizar a agitação imperante. Devido ao seu enorme tamanho, não poderia deixar de ter uma grande carga instintiva, num clima predominantemente anti-governista. O instinto à flor da pele, expresso nos gritos coletivos, atua como argamassa que une as diferentes camadas da classe média, desde os “topetudos” até os mais pobres, os trabalhadores, os camponeses e os indígenas, etc.

Esse instinto que pode levar a ações violentas contra o governo fraco e isolado, no processo atual, funciona como uma matéria-prima para o salto à consciência política, à compreensão das massas sobre a necessidade de tomar o governo do Palácio Quemado.

Neste ambiente, a decisão de um grupo de manifestantes indígenas de se instalar em vigília na Praça Murillo e a crescente pressão das grandes mobilizações para romper o cerco policial sobre a vigília colocaram o governo (que está com as mãos atadas) em xeque, impotente. Isso porque se aumentasse a repressão poderia ter causado a explosão incontável de um vulcão. Gráfica expressão: “o governo só vai se render se as massas levá-lo à beira do precipício”!

Tardiamente (depois de tantos erros políticos), Evo Morales e sua gangue perceberam a situação crítica e decidiram capitular diante da mobilização. Anunciaram publicamente que modificarão a “Lei Corta”, afirmando que a estrada não passará através do TIPNIS e também declarou “intangíveis” (não podem ser tocadas) as reservas florestais, que instalará negociações e os restantes 15 pontos da pauta serão atendidos favoravelmente.

Mobilização Governista de 12 de Outubro: Multitudinária, mas obrigatória

O governo abusou dos gastos dos recursos financeiros do Tesouro e do uso do aparelho do Estado, recorreu a medidas coercivas, a fim de montar sua mobilização massiva. Mas, mesmo assim, não foi capaz de neutralizar o mal estar social imperante. Os governistas perderam toda capacidade de manobra e tudo que fazem é contraproducente para seus objetivos. Os explorados tomam a iniciativa e começam a entrar em uma situação revolucionária.

O governo tem se esforçado em fazer grandes manifestações nas nove capitais dos departamentos (estados) e tem um interesse especial em mobilizar tantas pessoas quanto seja possível do interior para La Paz. Vem utilizando recursos materiais e financeiros do Estado para esta finalidade, decretou um bônus de 1.000 Bs aos dependentes do Estado e, despoticamente, impôs que o funcionário público depositasse uma porcentagem do bônus como contribuição pessoal para a mobilização. Com grande alarde publicitário, passou a distribuir computadores a professores urbanos e rurais, além de usar de medidas coercitivas e de ameaças de demissão em cada repartição do governo. Cada funcionário público ou militante do MAS foi obrigado a levar mais duas ou três pessoas para a manifestação. Uma ampla rede de controle foi distribuída ao longo da mobilização para evitar que pessoas pudessem escapular em algum cruzamento. Muitos, sem revelar sua identidade, se atreveram a denunciar que marchavam contra a sua vontade, por medo de perder seus empregos e das multas.

Nas condições acima referidas, o estado de ânimo geral das pessoas era deprimente, o que contrastava com os pequenos grupos ruidosos de ativistas governistas. Uma coisa que devemos destacar, apesar da marcha numerosa (não tinham 500 mil pessoas, como o governo propagandeou) esta foi repetidamente vaiada pelos transeuntes agrupados espontaneamente nas ruas, fato que em outras circunstâncias teria sido vigorosamente

Com este recuo, o governo procura recuperar inutilmente parte do capital político perdido. A saudação de Morales aos manifestantes na Praça Murillo é recebida com frieza e raiva contida.

Os marchistas retornaram vitoriosos e no quadro geral foi quebrado o mito de um governo forte e invencível. O sentimento de vitória e a potencialização da ação direta (mobilização) correm rapidamente como um fantasma em todos os setores. O governo está ferido mortalmente.

Quais são as perspectivas? Os problemas fundamentais do país ainda precisam ser resolvidos. A crise do capitalismo os exacerbou. Este governo (de forma cada vez mais gritante) mostra a sua incapacidade de resolvê-los. A cada dia que passa, fica mais à direita e se esconde na sombra do imperialismo para se defender contra o ataque das massas. Os anúncios de que no próximo ano não haverá aumento salarial e a implementação de muitas outras medidas antipopulares, a imposição de novos juízes ilegítimos, etc., aparecem como novos reagentes que impulsionarão poderosamente novas manifestações. O destino do governo está selado e não tem chance de se recuperar politicamente.

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2240, de 28/10/11)

te respondido pelos mobilizados.

Não há dúvida de que o objetivo era neutralizar a agitação social que ameaçava transbordar com a chegada da marcha dos indígenas do Oriente a La Paz. Procurou-se, também, evitar que o problema do TIPNIS e das infundáveis reivindicações setoriais terminassem focando os interesses das massas enraivecidas e colocasse em segundo plano as eleições para o Judiciário. Sem dúvida, este objetivo não foi cumprido. Pelo contrário, seu efeito foi contraproducente ao governo e, com certeza, muitos dos que foram obrigados a engrossar a marcha governista virão, naturalmente e sem pressão, para a mobilização que se prepara para a chegada de manifestantes indígenas de La Paz.

A agitação social materializada nos grandes protestos de rua tem o poder de corroer profundamente as fileiras do oficialismo que, dia-a-dia, tem de lidar com a censura da população. O aparelho do Estado também se encontra minado pela pressão externa e isso se deve às sucessivas crises no gabinete. A agitação dentro da polícia e do exército se torna incontável, anulando seu poder de fogo para reprimir as massas mobilizadas. As organizações sociais que até o dia anterior eram a base social do governo (cocaleiros, assentados, organizações populares de El Alto, etc) abandonaram seus líderes para se ligarem a uma resistência aberta ao governo. Por exemplo, os povos indígenas de Achacachi e os professores rurais de La Paz anunciaram que votarão contra o governo nas eleições de 16 de outubro.

As características do presente processo político nos anunciam que já estamos nos movendo a uma situação revolucionária.

As massas mobilizadas têm a iniciativa em suas mãos, enquanto o governo retrocede em debandada, cometendo erros políticos grosseiros, que imediatamente se convertem em novos fatores que impulsionam as massas para frente.

(Extraído do “Masas” Boliviano nº 2239, de 21/10/2011)